

ATA Nº. 14

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO
ENTRONCAMENTO, REALIZADA EM
27-11-2015**

Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano dois mil e quinze, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a Presidência do Senhor **João António de Matos Lérias**, Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pela Senhora **Célia de Jesus Nunes Leal Agostinho** e pela Senhora **Lúcia Dias Abelha**, primeira e segunda Secretárias respetivamente. -----

Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram ainda presentes os seguintes membros. -----

Em representação do **Partido Socialista**: -----

Maria Fernanda Pires Fialho Marques Alves, António Manuel dos Santos Rodrigues, Manuel António Simões Martins, Sara Paula Caetano Domingos e José Francisco de Matos Rodrigues Leote. -----

Em representação do **Partido Social Democrata**: -----

José Miguel Filipe Baptista, Kelly Patrícia Rodrigues Carvalho da Silva, Rui Vítor Pires Bragança e Fernanda Maria Figueiredo Rodrigues Rolo. -----

Em representação do **Bloco de Esquerda**: -----

Luís Filipe Dias Grácio, Marco Filipe Sá Geração e Carla Sofia Roma de Oliveira. -----

Em representação da **Coligação Democrática Unitária**: -----

Telma Cristina Antunes Jorge e António Silvino Costa Ferreira -----

Em representação do **Centro Democrático Social-Partido Popular**: -----

Pedro Miguel Faria Gonçalves. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista** o Senhor: -----

Rui Cardoso Maurício. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima** o Senhor: -----

Ezequiel Soares Estrada. -----

Estiveram presentes pela **Câmara Municipal**, o Senhor Presidente Jorge Manuel Alves de Faria e os Vereadores, Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim, Carlos Manuel Pires Rei Amaro, Tília dos Santos Nunes, Carlos Manuel Godinho Matias, José David da Silva Ribeiro e Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e cinco minutos, tendo dado posse aos elementos convocados para substituir os deputados que solicitaram suspensão do mandato até 365 dias e ausência por período inferior a trinta dias, respetivamente. -----

Deu posse a Fernanda Maria de Matos Lopes, que substitui Mário André Balsa Gonçalves, do Partido Socialista. -----

Deu posse a Mário de Matos Rodrigues, que substitui Marisa Sofia Cordeiro Parreira, da Coligação Democrática Unitária. -----

Deu posse a Fernando José Guia Barbosa, que substitui João Sebastião Coutinho Lima Canaverde, do Partido Social Democrata. -----

Verificada a conformidade formal do processo eleitoral com a identidade dos eleitos e após a leitura das respetivas atas avulsas de instalação e do respetivo juramento por parte dos novos membros, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou-os investidos nas funções. -----

Continuando o senhor **Presidente da Assembleia**, referiu: “Temos dois assuntos para conhecimento da assembleia, conforme foi enviado a todos os membros, o Acordo Coletivo Empregador Público celebrado entre o município e o STAL e a informação do Revisor Oficial de Contas, sobre a situação económica e financeira do município a 30 de junho de 2015. -----

Pediu a palavra **Pedro Gonçalves**: “Fui alertado por um cidadão do Entroncamento, que se encontrava de vez em quando, um veículo sinalizado com um triângulo na traseira do referido veículo, perto da câmara e em frente a um estabelecimento comercial, literalmente ligado à eletricidade, pois o carro é elétrico. Deparei-me que não há nenhum estacionamento no Entroncamento com essa configuração. -----

O CDS-PP no Entroncamento, pede à autarquia que pondere a instalação de uma rede de estacionamento para veículos com estas características, assim como o respetivo posto de carregamento. -----

Para uma cidade que se quer moderna e verde, deve ser um passo que se deve tomar de maneira a incentivar este tipo de viaturas elétricas e híbridas. -----

Tenho também recebido algumas queixas quanto ao sistema de rega na nossa cidade, por exemplo na entrada do Entroncamento na zona do E. Leclerc que tem tido alguma falta de eficiência e desperdício da água. -----

Falta de limpeza eficiente que aconteceu durante estes dias, folhas e mais folhas em algumas artérias da cidade, assim como no acesso pedonal do túnel ferroviário, carece de uma maior atenção da nossa câmara, porque foi só vento, não houve chuva. ---

Nos últimos tempos temos assistido e aqui queria fazer um ponto prévio, quero realçar que estou aqui como cidadão do Entroncamento e não na minha função empresarial para a qual eu trabalho, porque o assunto que vou referir podem pensar que estou a ter outro tipo de interesses, nos últimos tempos temos assistido a alguns atos de vandalismo que tem posto a integridade dos cidadãos em causa, sei que a câmara não pode fazer muito, mas é algo que deve ser pensado. -----

Lembro que no programa eleitoral do CDS, falávamos da necessidade de equiparmos a nossa cidade com um projeto de vídeo-vigilância, sabemos que é um projeto que tem alguns custos e sabemos que pode ser um projeto que tenha de ser tomado a longo ou médio prazo. -----

Por último, quero evocar aqui o artigo quarto do estatuto da oposição, que é o direito à informação e que diz: “*Os titulares do direito de oposição têm direito a ser informados regular e diretamente pelos correspondentes órgãos executivos sobre o andamento dos principais assuntos de interesse públicos relacionados com a sua atividade.* -----

As informações devem ser prestadas diretamente e em prazo razoável os órgãos ou às estruturas representativas dos partidos políticos e demais titulares do direito de oposição. -----

Assim sendo, e não tendo o CDS-PP no Entroncamento nenhum membro no executivo e não tendo assim acesso direto à informação que é levada às reuniões do executivo, a bem de poder exercer uma oposição de pleno direito e informada, quero solicitar ao Excelentíssimo Presidente da Assembleia Municipal, que faça chegar ao

executivo o pedido do envio das informações dos assuntos que vão às reuniões de câmara, assim como as deliberações da mesma. -----

Nós CDS-PP no Entroncamento, não tivemos acesso a alguns anexos que foram feitos durante as últimas reuniões de câmara, como exemplo do orçamento, e assim não podemos estar completamente informados para tomarmos as nossas decisões.” -----

Rui Bragança apresentou o seguinte voto de pesar: -----

VOTO DE PESAR -----

Face ao massacre que no passado dia 13 de novembro assolou Paris, a Nação Francesa e o mundo ocidental, a Assembleia Municipal do Entroncamento, na reunião de 27 de novembro de 2015, decidiu, manifestar o seu repúdio pelas ações perpetradas contra os cidadãos que num país livre e democrático, continuam a ser bandeiras de liberdade, igualdade e fraternidade. -----

Numa manifestação de profundo pesar pelos atentados de 13 de novembro em Paris, pelas vítimas e pelo ataque à capital e à Nação Francesa, a Assembleia Municipal do Entroncamento manifesta a sua solidariedade ao Povo Francês e a todos os povos que sofrem dia após dia a barbárie própria de fanatismos dos ideais extremistas. -----

Pediu a palavra **António Ferreira**: “A bancada da CDU está de acordo com a proposta, embora a proposta seja bastante limitativa. -----

As razões deste atentado em Paris devem ser analisadas para que futuros atentados não tenham lugar. De facto, tudo o que tem sido feito na zona do Médio Oriente, em termos de agressão aqueles povos, em termos de armamento de grupos que durante anos foram armados pelos serviços secretos Israelitas, Estados Unidos e outros países, levaram a que muitas dessas armas passassem para as mãos dos mais extremistas do estado islâmico. -----

Nós vamos aprovar o documento e apelava que da próxima vez os documentos nos cheguem atempadamente, ou que seja distribuído aqui por escrito.” -----

Continuou **Fernanda Alves**: “Evidentemente que em relação à situação deste voto de pesar levantado aqui pela bancada do PSD, a bancada do PS vai votar a favor. –

São atos que a todos nos deixam muito tristes e que são de repudiar independentemente das razões.” -----

Prosseguiu **Luís Grácio**: “Estamos de acordo com este voto de pesar, também achamos que os considerandos são curtos, há muitos fatores que contribuem para isto, nenhum é justificável obviamente. -----

Lembramos que o Médio Oriente está numa situação extremamente complexa, não nos podemos esquecer o que se passou na Líbia que tinha um ditador, tinha um sanguinário e agora tem uma coisa que ninguém sabe o que é, ou seja, a ação que a Europa teve, nomeadamente a NATO de apoio àquilo que parecia ser a primavera árabe, na Líbia, deu uma situação pior do que a que existia. -----

O Barroso, o nosso ex-Dirigente máximo da União Europeia, também tem culpas no cartório. -----

Nós vamos votar favoravelmente apesar de considerarmos que é muito curto o voto de pesar aqui apresentado.” -----

VOTAÇÃO DO VOTO DE PESAR -----

O voto de pesar apresentado pelo PSD, foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos da Coligação Democrática Unitária, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

Pediu a palavras **Telma Jorge**: “Relativamente a um assunto que o senhor Presidente da Assembleia já referiu logo de início aos Acordos que já foram assinados pela nossa autarquia, queríamos aqui saudar aquela que foi a luta de milhares de trabalhadores das autarquias locais do nosso distrito e em particular a todos os trabalhadores da nossa autarquia em defesa dos seus direitos, muito concretamente em defesa da reposição das 35 horas de trabalho semanal. -----

Saudar ainda a capacidade de resistência de todas as câmaras da CDU e muitas outras autarquias que se juntaram aos trabalhadores e resistiram às orientações do Governo que colocavam em causa não só os direitos desses trabalhadores, mas as autonomias e competências do Poder Local democrático. -----

Estes órgãos do Poder Local deram um exemplo de coragem lutando ao lado dos seus trabalhadores, não só pelos direitos laborais dos trabalhadores, mas também pela autonomia do Poder Local democrático. -----

Esta luta que alcançou uma importante vitória, tem agora de continuar na nossa perspectiva, pela celebração e publicação dos ACEP’s que ainda não foram publicados, no caso da nossa autarquia já foi publicado a 10 de novembro, pela rejeição da adaptabilidade e banco de horas que alguns ainda tentam impor, esperemos que não seja o caso da nossa autarquia, bem como pelo pagamento das 5 horas semanais que os trabalhadores fizeram injustamente a mais desde a assinatura dos acordos. -----

Achamos que faz sentido fazermos aqui esta declaração, tendo em conta que foram muitas as vezes que questionámos o executivo relativamente a esta situação. -----

Neste momento, fica também a nossa satisfação por mais uma vez a luta dos trabalhadores ter dado resultados.” -----

Referiu **José Baptista**: “A primeira consideração é relativa à limpeza da cidade, cada vez mais há queixas de cidadãos e não é preciso ir muito longe, basta andar na rua para perceber que a limpeza da cidade tem sofrido um grande revés por parte daquelas que são as exigências e obrigações do município. -----

Isto não é uma desculpa que se possa dar dizendo que a culpa é da RESITEJO que faz a recolha, porque não é só da RESITEJO, há falta de gente a limpar as ruas, há demasiados detritos por toda a cidade e, portanto, faz sentido que esta área da cidade seja novamente repensada e colocada nos carris. -----

Quero em nome da bancada do Partido Social Democrata, dar aqui uma nota de tristeza e de notar o fraco e parco sentido democrático da casa. -----

Aquilo que aconteceu há duas ou três semanas nesta casa, foi a prova viva que aquilo que nós falámos há dois anos, tínhamos toda a razão. -----

Quando o executivo do Entroncamento decidiu por maioria com o senhor vereador da CDU, não alterar as reuniões do executivo para a segunda-feira conforme tinha sido solicitado pela senhora vereadora Isilda Aguincha, foi sempre dito que não, que era à terça-feira. -----

Lembro-me de atas da câmara em que este assunto foi discutido, sempre que a senhora vereadora trouxe cá e sempre sem acolhimento por parte do senhor Presidente e dos senhores vereadores da maioria e da CDU. -----

Acontece que chegámos a este momento, no fim da última legislatura e finalmente as reuniões do executivo foram alteradas para a segunda-feira, sucede que o impedimento que existia para as reuniões serem à terça-feira agora já não existe, que era a senhora vereadora que também era deputada Isilda Aguincha não poder estar nas reuniões à terça-feira aqui nesta casa, porque tinha comissão de educação onde era coordenadora na Assembleia da República. -----

Pode haver muitas razões para terem mudado as reuniões agora para a segunda-feira, de certeza que há imensas, não há de ser uma vontade expressa de um dia para o outro mudar a reunião. -----

Fazer nota que os órgãos se regem pelo sentido democrático dos seus agentes, dos seus atores e de todo o que a democracia não foi o que imperou na não mudança das reuniões do executivo, finalmente que agora mudaram, o senhor vereador Carlos Matias foi eleito e eu desejo-lhe o maior sucesso quer para o seu mandato, presumo que vai continuar como vereador e portanto, vai poder vir às reuniões do executivo à segunda-feira, ainda bem que o senhor Presidente lhe deu essa prenda, que não é uma prenda, é um direito democrático que lhe assiste e espero sinceramente que a democracia volte a imperar aqui por estes lados. -----

Por fim e falando de democracia, nada melhor que trazer a esta casa um apelo veemente e forte de recordação da data do 25 de novembro de 1975. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal já teve a hipótese de nesta última semana, nas comemorações do aniversário do concelho de o referir. -----

Foi a 25 de novembro, o país pelo fim das forças radicais permitiu que se instalasse a democracia, aquela que nós queremos que seja uma democracia verdadeira e forte, e não uma democracia musculada e, portanto, fazer em representação da bancada do Partido Social Democrata, à qual se juntarão aqueles que se entenderem juntar, que acharem que o devem fazer, uma saudação veemente e expressa ao 25 de novembro que nos reforçou a democracia e também ao 25 de abril, que nos trouxe a liberdade.” -----

Proseguiu **Rui Bragança**: “Querida chamar à atenção para o estado em que continua a passadeira de peões em frente à estação da CP, penso que estava equacionada para ser intervencionada, em que iam colocar paralelos brancos para evitar a manutenção, o que é certo, é que aquela passadeira continua com o alcatrão levantado, devido a uma rotura há um ano. -----

Outro assunto já o referi no anterior executivo e já agora, aproveitando o tema de uma cidade para as pessoas e também a mobilidade, o viaduto por cima da linha e que vai acabar junto ao parque radical, muita gente passa a correr ou de bicicleta, embora não seja uma ciclovia, aquelas proteções são feitas para os carros e por dentro, onde as pessoas passam, tem quinas vivas, que já por várias vezes vi crianças a cair e por acaso ninguém se aleijou a sério, pelo que solicito dentro das possibilidades, que se consiga fazer uma proteção interior.” -----

Continuou **Luís Grácio**: “Sobre o Acordo entre a autarquia e os sindicatos, nós na última assembleia fizemos uma pergunta ao executivo sobre o ponto da situação em que estavam as negociações, o senhor Presidente informou que estavam para breve. -----

Congratulamo-nos, está resolvido, acho que é importante que os nossos funcionários, tenham reposto as situações laborais que tinham anteriormente. -----

Sobre as alterações das reuniões do executivo, não tenho mandato do vereador Carlos Matias, mas gostava de repor a situação, o vereador Carlos Matias sempre pugnou para que as reuniões fossem à segunda-feira. -----

Relativamente à questão levantada pelo senhor Rui Bragança sobre a estação da CP, tenho passado à noite pela estação, o local é muito complexo quando os nossos municípios vão buscar familiares, com muitos carros estacionados em frente à estação, aquele espaço ali criado para cargas e descargas não é muito prático. -----

Há uma situação que me parece que poderia ser resolvida com a colocação de alguma sinalética rodoviária que é o espaço dedicado aos autocarros, à noite não é utilizado porque não há autocarros, poderia porventura, colocar um horário de maneira a

que as pessoas que vão à noite buscar familiares tivessem condições de estacionar de uma forma mais segura.” -----

Pediu a palavra **Mário Rodrigues**: “Quería cumprimentar o senhor Engenheiro Carlos Matias por ser deputado da Nação e desejar-lhe os maiores sucessos. -----

Quería falar da posição conjunta do PS e do PCP e demais forças políticas BE e os Verdes, tendo em conta a nova realidade da XIII legislatura decorrente das eleições de 4 de outubro do corrente ano. -----

1 – A existência de uma nova maioria na Assembleia da República, coloca uma alteração na correlação de forças; -----

2 - Viram o Partido Socialista e o PCP que estava democraticamente aberto o caminho político para uma mudança; -----

3 – A posição conjunta do Partido Socialista com o Partido Comunista Português, sem estar aqui a esmiuçar o seu conteúdo, dir-lhe-ei em síntese que incide sobre: -----

Emprego, salários e rendimentos, pensões e prestações sociais, dos direitos designadamente: das 35 hora semanais, a reposição dos feriados, a interrupção involuntária da gravidez, entre outros, as funções sociais do estado e finalmente os serviços públicos, como a saúde, educação, a segurança social e a cultura; -----

4 – Tal posição conjunta do PS e PCP assinada, tem por base o respeito à diferença programática entre os dois partidos; -----

5 – Foi uma posição conjunta PS e PCP para fazer parar a política de empobrecimento levada a cabo PSD/CDS, cujo objetivo foi tirar sempre aos mesmos, aqueles que trabalhavam por conta de outrem e fazer praticamente desaparecer a classe média; -----

6 – Fazer parar a austeridade e colocar Portugal e os portugueses na rota do desenvolvimento económico, social e cultural. -----

Permita-me senhor Presidente da Assembleia, que ao contrário do que é dito e insinuado pela direita, de que a nova maioria de deputados na Assembleia da República eleitos livremente pelo povo, ao entenderem que um programa do governo constitui uma usurpação, um golpe e uma fraude, palavras de Pedro Passos Coelho. -----

Da nossa parte CDU afirmamos: -----

1 – Fraude é querer governar contra a maioria dos deputados eleitos democraticamente na Assembleia da República; -----

2 – Fraude é utilizar a inexistência e falsa regra que o partido mais votado tem o direito a governar. Os governos no nosso quadro constitucional são formados pelas maiorias da Assembleia da República e por isso, legítimos politicamente e democraticamente; -----

3- Fraude é dizer antes das eleições uma coisa para enganar o povo e depois no governo fazer outra, como sempre fizeram PSD/CDS, em 2011 e agora; -----

4 – Fraude é assumir o compromisso de governar de acordo com a Constituição e colecionar um sem número avultado de decisões de inconstitucionalidades; -----

Para terminar, já basta ao PSD/CDS de estar agarrado ao poder como lapas às rochas. Foi difícil, mas já está, agora virou-se nova página. -----

A partir de ontem o XXI Governo Constitucional do PS liderado pelo Dr. António Costa, tomou posse a quem desejamos os maiores sucessos para Portugal e para os portugueses.” -----

Referiu **António Ferreira**: “Sobre a intervenção referente ao 25 de novembro, quero chamar à atenção e repor alguma verdade sobre aquilo que foi o 25 de novembro.

Tempos antes do 25 de novembro, o PCP foi ataque por todo o País, foi ataque de provocações constantes, não só o PCP mas outras forças políticas de esquerda, foram alvo de assaltos às suas sedes, militantes do PCP que morreram nessa altura, devido a esses assaltos e provocações. -----

Devo dizer que com o 25 de abril o PCP não quis a divisão entre os militares e entre as forças de esquerda na altura, queria essa junção, não foi da parte do PCP que se desencadeou qualquer tentativa de tomada de poder, antes pelo contrário, o PCP sempre quis manter as forças democráticas unidas, até porque tínhamos receio de uma ditadura e era necessário reforçar a democracia em Portugal. -----

Eu também estive neste processo, no dia 25 de novembro estive em Tancos e assisti às provocações e ao voo de aviões em formação de ataque e em tentativa de atacar o quartel de Tancos e foi a população que estava junto ao quartel que impediu.

Estive em Tomar na altura da tentativa de assalto à sede do Partido Comunista em Tomar e sei que tipo de gente é que estava a tentar assaltar o centro de trabalho de Tomar. -----

O centro de trabalho não foi assaltado por duas razões, a sede do PCP estava situada por cima de uma loja que era de um militante bem destacado do PSD em Tomar, tinha a SACOR que era uma estância gasoleira ao lado e foi por isso que não foi assaltado. -----

De facto, o 25 de novembro deu início à destruição das conquistas de Abril e deu início também ao abandono de uma política internacional independente por parte de Portugal e à submissão de interesses estrangeiros.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, o senhor **Presidente da Assembleia** entrou no período de intervenção do público. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Pediu a palavra **Raquel Viana**: “Estou aqui a falar em nome dos meus pais, venho fazer um pedido, o senhor Presidente da Câmara tem conhecimento, tal como o senhor vereador Carlos Amaro que receberam os meus pais todas as vezes que eles vieram cá, mas o que é certo, é que o caso já se arrasta há quase dez anos e que tem a ver com a casa aonde os meus pais vivem, que tem um problema muito grave e para o qual ainda não foi arranjada uma solução, já lá foram algumas pessoas a casa ver, há algumas sugestões, há sensivelmente dois anos sugeriram que os meus pais tomassem banho menos vezes, porque a casa tem muita humidade. -----

O que nós pretendemos é que haja alguém que veja o problema a fundo e que diga se tem solução ou não, porque é um caso de saúde. -----

A habitação situa-se na rua General Humberto Delgado, bloco J, rés-do-chão, é a única casa que tem este problema de humidade, as fotografias que possuem, não mostra realmente o que se passa.” -----

ORDEM DOS TRABALHOS -----

PONTO NÚMERO UM -----

EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO PARA O ANO DE 2016, ATÉ 500.000 EUROS -----

Pediu a palavra **Telma Jorge**: “Devo dizer que a nossa posição é favorável a este empréstimo, na medida que são dívidas que existem e que têm que ser regularizadas e que é uma solução que fica mais barata ao município, na medida que as taxas de juros a serem pagas aos fornecedores seriam mais elevadas. -----

É um empréstimo de curto prazo que permite alguma folga até à captação de receitas previstas, prevendo-se que até ao final de 2016, esteja completamente amortizado.” -----

Interveio **José Baptista**: “Em 20 de janeiro deste ano foi deliberado uma antecipação de 100 mil euros a corrigir em agosto. -----

Em 17 de fevereiro, foi deliberado a antecipação de 285.860 euros a corrigir em agosto. -----

Em 14 de abril, foi deliberado com o voto contra do PSD, a antecipação de fundo de 620.000 euros, com correção no mês de dezembro, com provisão de disponibilidade de 714.323,37 euros, possíveis, tendo à data alertado o PSD para as dificuldades que poderiam advir da não concretização das receitas esperadas. -----

Em agosto, foi apresentada uma proposta de decisão relativa ao empréstimo de curto prazo que relatava da decisão do Tribunal de Contas relativo ao empréstimo do BEI, que não teve autorização do Tribunal de Contas para contrair empréstimos identificados pelos serviços em montante aproximado ao dessa proposta em agosto. ----

Nestes termos o PSD votou obrigatoriamente contra. -----

Hoje, a proposta da câmara municipal de contrair mais meio milhão de euros, junto da banca, tal como no empréstimo análogo para o corrente ano e com as mesmas dúvidas relativamente aos fundos disponíveis, conhecida a obrigação de salvar a mesma no respetivo ano de 2016, obviamente que votaremos contra esta proposta.” -----

Continuou **Fernanda Alves**: “Penso que não há muito mais a dizer, o senhor deputado do PSD fez-nos aqui o historial, de qualquer forma, gostaria de chamar à atenção, que ainda assim, a gestão deste executivo está a dar bons resultados. -----

A fundamentação da câmara relativamente a este empréstimo é uma questão de tesouraria, é fácil de entender e após lermos a fundamentação e verificarmos os tais fundos que a câmara apresenta como plausíveis para pagamento deste empréstimo em 2016, está aos olhos de toda a gente a boa gestão que esta câmara tem feito de todos os dinheiros.” -----

Prosseguiu **Luís Grácio**: “Voltamos a discutir uma situação que já aqui foi abordada anteriormente, esta situação não é nova, houve um pedido que vai terminar a 31 de dezembro deste ano, de um empréstimo também para gestão de tesouraria. -----

Atendendo ao processo de endividamento que a câmara tem e à incapacidade de criar fundo de maneió suficiente para fazer face às saídas de capital necessárias para a atividade normal, não nos devemos esquecer que temos um projeto PAEL em estado de execução e que foi feito para sanear financeiramente a câmara. -----

É natural que haja dificuldades de tesouraria, estou no entender que os serviços camarários da parte da gestão financeira, estarão a fazer o melhor que podem para fazer face às necessidades de pagamentos regulares que têm, aliás, o pagamento médio baixou e isso é importante fazer referência. -----

Não vejo razões objetivas para votar contra uma situação que é de mera gestão financeira, mas a incapacidade de criar fundo de maneió leva a isso.” -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO UM -----

O ponto número um “**Empréstimo de Curto Prazo para o ano de 2016, até 500.000 euros**” foi aprovado por maioria, com dezoito votos a favor, sendo nove votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e cinco votos contra do Partido Social Democrata. –

PONTO NÚMERO DOIS -----

IMI – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA O ANO DE 2016 -----

Pediu a palavra **Pedro Gonçalves**: “Está no ADN do CDS-PP no Entroncamento ser favorável à baixa dos impostos. -----

A baixa do IMI é para nós sempre positiva, porém, há aqui alguns pontos que queremos deixar bem frisados: -----

O IMI para as famílias baixa 10% para três ou mais dependentes, gostaria que o senhor Presidente informasse quanto é que custa esta medida. Segundo os nossos cálculos, a medida terá um custo de aproximadamente entre os 1500 a 2500 euros, à autarquia, ou seja, uma medida pouco ambiciosa de quem pretende tornar esta cidade, uma cidade para as pessoas. -----

Só existem pessoas onde existem famílias, as famílias só crescem se tiverem filhos, o Entroncamento precisa de mais famílias, não basta simplesmente ter boa educação e boa saúde, como disse o senhor Presidente da Assembleia, para ter boa educação e saúde é preciso que usufrua delas. -----

O IMI para as famílias seria uma ótima oportunidade deste executivo ser ambicioso, e querer ser uma referência para a nossa região para atrair pessoas. -----

Infelizmente decidiu somente apostar numa medida para três ou mais dependentes e nos casos de 10%. -----

Não será por isto que iremos reprovar esta medida, porém, acreditamos que poderíamos ter ido mais longe, acreditamos que seríamos mais justos para as famílias, acreditamos que não somos demagogos, acreditamos que acreditamos nas pessoas, acreditamos que acreditamos nas famílias, são a base fundamental para o Entroncamento. -----

O Entroncamento com o CDS-PP poderá de certeza absoluta ter a garantia que esta bandeira do IMI para as famílias será novamente lembrada e tal como fizemos o ano passado, de a lembrarmos em fevereiro para ter sido estudada e esclarecida com tempo e sem que pudessem chamar de demagogia pura política ou eleitoralista barata, o CDS-PP na próxima sessão da assembleia municipal, se o novo governo indigitado e que tomou posse ontem, não quiser e não alterar esta medida excelente para as famílias, nós estaremos aqui a alertar o senhor Presidente da Câmara para que ela possa ser garantida e que no próximo orçamento, seja executada. -----

Infelizmente não quisemos ser ambiciosos, ficámos pelos escassos 10% para três pessoas, gostaria que o senhor Presidente esclarecesse de quantas pessoas vão usufruir, gostaria que o senhor Presidente esclarecesse se estes 1500 a 2500 euros, são o real custo desta pouco ambiciosa medida que foi tomada. -----

Iremos votar favoravelmente, mas seremos diligentes e seremos perseverantes, continuaremos com a bandeira do IMI para as famílias da nossa cidade.” -----

Interveio **Sara Domingos**: “A proposta do executivo vai no sentido de uma nova redução da taxa do IMI em 10%, como foi a proposta eleitoral do Partido Socialista, ou seja, no próximo ano iremos ter 0,36% da taxa de IMI sobre o valor patrimonial dos prédios, que no Entroncamento representa a maior receita para a câmara municipal. ----

Além da redução de 10% para as famílias numerosas, aqui temos que considerar o que são famílias numerosas, uma família numerosa será aquela que tem um dependente, será com três ou mais? -----

No nosso entender, esta redução é suficiente e a prevista na nossa campanha e iremos aprovar.” -----

Prosseguiu **António Ferreira**: “Lembrar que o PS tinha nos outdoors era de 10%, compreendo que as promessas eleitorais depois a seguir batendo-se com a realidade concreta do município, entenderam que não estavam em condições de aplicar de imediato os 10%. -----

Promessas que são feitas são para se cumprir, o PS entendeu que deve ser feito faseadamente, nós não o entendemos dos cartazes, não entendemos dessa forma, mas não é por isso que estaremos contra a aplicação do IMI, porque acho que é razoável e

temos este entendimento, o IMI deve ser aplicado em função da realidade concreta de cada município. -----

Nós CDU, gostávamos que estes dois pontos que estão aqui, fossem votados em separado, o IMI e o IMI para as famílias numerosas, a nossa posição em relação a este assunto ficou bem definida na última sessão da assembleia. -----

Esta redução de IMI para as famílias numerosas, só vai abranger famílias que tenham casa própria, não abrange famílias numerosas que tenham arrendamento, não abrange famílias numerosas que tenham um valor patrimonial baixo, estamos a tratar em pé de desigualdade cidadãos do nosso concelho. -----

Chamo à atenção para o orçamento, um dos eixos é de acabar com as desigualdades de pessoas dentro do próprio concelho e nós aqui, estamos a arranjar um fator de desigualdade. -----

O Governo PS neste momento tem as condições de devolver o abono às famílias, as deduções em sede de IRS em função do número de filhos, rever a questão das propinas, encargos com a saúde, massa salarial das famílias e sobretudo o emprego precário, como muitos chefes de família e muitos pais e mães com dificuldades para criar os filhos. -----

Faço novamente o apelo para que estes dois assuntos sejam votados em separado, para podermos votar em consciência cada um deles.” -----

Continuou **Luís Grácio**: “De facto, o IMI tem sido dos assuntos mais discutido desta assembleia, será esta talvez a terceira vez que é discutido e com variações de opinião e mudança de opinião. -----

O que é correto do ponto de vista da equidade e da igualdade no tratamento das famílias, é considerar a habitação própria e permanente como um bem essencial e portanto, tendencialmente baixar o IMI para esse tipo de imóveis, aliás, o Bloco de Esquerda fez uma proposta na Assembleia da República nesse sentido e foi rejeitada. ---

O PS mudou de opinião relativamente à última discussão que aqui tivemos e vem propor também, no seguimento das sugestões apresentadas pelo deputado Pedro Gonçalves, que também haja um IMI para as famílias numerosas e considera as famílias com três filhos ou mais. -----

Se nós consideramos que os valores em presença significam na ordem dos 2.600 euros anuais, num caso concreto, temos 93 famílias que vão ser abrangidas, isto dá, dividindo por família e por mês 2,18 euros por mês o valor é tão baixo que sinceramente me parece mais demagógico do que outra coisa, quando o tratamento devia ser a nível do IMI para as famílias todas. -----

Apesar de haver alterações à forma de avaliação das casas e da taxa com as casas avaliadas ser entre 0,3 e 0,5, acontece que o IMI tem vindo a subir e mesmo no período de intervenção da troika de 2011 a 2014, ele subiu no nosso concelho na ordem dos 300 mil euros. -----

Portanto, havia e há condições de nós baixarmos o IMI para toda a gente, nós fizemos uma proposta no executivo, no sentido de em vez de se aplicar 0,36, aplicar 0,35, aliás, vai de encontra a proposta que o PS fez na campanha eleitoral que seria 12,5% de abatimento ao IMI que existia, portanto, os 0,35 ia mesmo nesse encontro. ----

Nós vamos votar contra.” -----

José Baptista referiu: “Esta questão do IMI já foi aqui discutida na última assembleia, teve contornos interessantes de discussão saudável, de pontos de vista diferentes que nós respeitamos, aliás, quando o Partido Socialista aqui nesta casa se mostrou frontalmente contra o IMI familiar, nós compreendemos, é uma opção estratégica e portanto, estávamos mais que certos que o Partido Socialista seguiria

aquela que é a senda que estava a implementar, que é a proposta eleitoral que é um engano à população. -----

Não foi isso que aconteceu, o Partido Socialista depois do debate na última assembleia ter feito a maior das críticas e ter argumentado de forma veemente contra uma qualquer proposta para além daquela do IMI familiar, vem hoje pelo nome do executivo fazer uma proposta de IMI familiar, que eu tenho alguma curiosidade de saber como é que os senhores deputados do Partido Socialista a defendem depois daquilo que disseram da proposta apresentada na última assembleia. -----

Parece-me que é essencial que o executivo nos responda, qual é que é o valor previsto de custo desta medida, quantas pessoas é que vão ser abrangidas? -----

Estas respostas são essenciais para podermos votar a proposta.” -----

Referiu o senhor **Presidente da Câmara**: “Não tenho nada de especial a acrescentar, tirando o facto de na última assembleia apresentei um número de famílias que tinham três ou mais dependentes, que foram 93 ou 94 famílias, que o senhor deputado Luís Grácio já referiu. -----

Também de referir que o executivo tem tido a preocupação de reduzir o IMI a todos, já agora lembrar alguns membros que os compromissos eleitorais são para o mandato, não há compromissos eleitorais para um dia, e já agora devo dizer, que nunca ninguém disse que era no dia imediato, sempre dissemos que era uma redução de 12,5% do IMI e é isso que estamos a fazer. -----

Com esta aprovação e espero que esta assembleia aprove, já vamos em 10% e esperamos para o ano atingir os 12,5%, tal como foi o nosso compromisso, redução de IMI para todos e não apenas para alguns, de resto, não tenho mais nada a acrescentar.” --

Referiu o senhor **Presidente da Assembleia**: “Uma vez que existe uma proposta da CDU que se faça votações separadas, ou seja, em relação à redução do IMI de 0,36 e depois se faça a outra votação relativa aos 10% às famílias com três ou mais dependentes. -----

Vou colocar a votação em alternativa, quem é que concorda que votemos a proposta da câmara em bloco, conforme nos é apresentada e quem é que entende que se deva fazer uma votação em separado? -----

Começo por perguntar quem vota a favor de que esta assembleia se pronuncie em relação ao segundo ponto da ordem dos trabalhos, como um todo. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS -----

O ponto número dois “**IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2016**”, foi aprovado por maioria com doze votos a favor, sendo nove votos do Partido Socialista, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e onze votos contra, sendo cinco votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda e três votos da Coligação Democrática Unitária. -----

Pediu a palavra **Pedro Gonçalves**: “Abrimos um precedente grave, porque quando foi da questão das ARU’s, o senhor Presidente decidiu que iria ser votado como foi na câmara municipal e acredito que votar aqui uma coisa ao contrário do que foi a votação na câmara, estaremos a abrir um precedente. -----

A proposta que eu apresentei não foi para as famílias numerosas, foi para as famílias.” -----

Prosseguiu **Fernanda Alves**: “Gostaria de responder ao senhor deputado do PSD, relativamente ao IMI. -----

Tem toda a razão naquilo que disse, nós de facto na última assembleia, por entendermos que iria trazer menos receita para o executivo, queria-lhe dizer que as nossas decisões não são irrevogáveis.” -----

Continuou **António Ferreira**: “Nós vínhamos com a intenção de votar favoravelmente a taxa de IMI e votar contra a redução do IMI para as famílias numerosas. -----

Não nos deixaram pronunciar separadamente sobre os dois assuntos e tivemos que votar contra.” -----

Referiu **José Baptista**: “Fica percebido qual é que é o entendimento fiscalizador que a bancada do Partido Socialista tem sobre a atuação do executivo e não o contrário.” -----

PONTO NÚMERO TRÊS -----

LANÇAMENTO DE UMA DERRAMA PARA O ANO DE 2016 -----

Pedi a palavra **Luís Grácio**: “A Derrama é uma das receitas possíveis da autarquia e tem a sua importância pelas necessidades que as autarquias têm para financiar as suas atividades e incidem sobre lucros efetivos. -----

Todavia, os momentos que vivemos são difíceis e no conjunto das empresas, há aquelas que têm mais possibilidades financeiras de pagar derramas e há aquelas que têm dificuldades de sobrevivência, que é o caso das pequenas e microempresas. -----

O Bloco de Esquerda em sucessivos orçamentos tem colocado algumas discriminações positivas no sentido de valorizar as pequenas empresas, no sentido de lhes permitir manterem-se nos tempos difíceis que correm e temos feito propostas nesse sentido. -----

O executivo tem tido uma filosofia um pouco diferente, também nos parece interessante, quer do ponto de vista de valorizar a criação de emprego, mas nós nunca temos o balanço desses resultados e mais uma vez, aparece a mesma filosofia sem olharmos para a estatística anterior, para sabermos se efetivamente há resultados, se tem aplicação prática, se é exequível. -----

Parece-me que em certa medida, tratam-se todas as empresas pela mesma tabela e provavelmente não será a medida mais acertada, por isso, nós fizemos propostas diferentes daquelas que foram apresentadas e vamos votar contra a proposta aqui em discussão.” -----

Prossiguiu **Pedro Gonçalves**: “A Derrama é um rendimento interessante da câmara municipal, acreditamos que possa haver propostas bem mais justas, as nossas talvez fossem diferentes, mas como não queremos comprometer o bom funcionamento e a boa tesouraria da autarquia, não iremos votar favoravelmente, mas também não iremos votar contra.” -----

Interveio **António Ferreira**: “O total da receita da Derrama são 117 mil euros e já foi muito mais. -----

A situação financeira de algumas empresas e a crise que estamos a passar, levam a que as receitas que tivemos no passado de trezentos e tal mil euros, neste momento estejam bastante reduzidas. -----

Temos um outro problema, que é um paradoxo do Entroncamento, que é termos um setor ferroviário altamente competitivo, que é a manutenção dos equipamentos, mas pelos preços da CP, praticados em impostos à EMEF levam a que a empresa tenha sempre prejuízos. -----

É justo que as empresas que atuam no concelho e que tenham alguma capacidade financeira, contribuam também para a capacidade produtiva do concelho e do bem-estar do próprio concelho. -----

No passado, a Derrama era aplicada a determinados setores, foi no passado aplicado ao comércio, ao mercado, cemitério, zona industrial, eram dinheiros que eram cobrados às empresas sobre os seus lucros e esses dinheiros eram orientados para determinadas estratégicas. -----

Relembrar que a nossa posição CDU, sempre foi que houvesse dois tipos de Derrama, uma para as empresas que têm lucros muito elevados e outra para empresa que têm lucros mais baixos e que necessitam ser apoiadas. -----

A solução que o PS tem tido nos últimos anos, é uma solução que poderia ser interessante, mas de facto não trás quaisquer resultados por duas razões, ou porque a situação do tecido empresarial é tão má que ninguém investe aqui, ou porque não é atrativa a solução que o Partido Socialista apresenta. -----

Mais uma vez a proposta é feita, não temos nada contra a proposta, é inócua, de qualquer forma, acho que isto deve ser analisado no próximo ano e retirar esta proposta.” -----

Referiu **José Baptista**: “Da análise da proposta que recebemos da câmara municipal, destacam-se duas questões distintas. -----

A primeira, a taxa da Derrama para 2016 é de 1,5% e a segunda que são as alíneas b-1, b-2 e b-3, são os incentivos à criação de emprego. -----

Há um ano atrás, quando esta mesma proposta foi aqui discutida, nós dissemos que ela não traria criação de emprego, ela não ia ajudar as empresas e pelo contrário àquilo que o executivo dizia, ela não ia criar um único posto de trabalho. -----

Hoje recebemos a informação nesta assembleia, que diz que qualquer um dos incentivos que aqueles que se baseiam na criação líquida de postos de trabalhos e que tem direito a redução de Derrama porque criaram postos de trabalho, diz-nos o técnico da informação: *Informe que não deu entrada nestes serviços, qualquer pedido de redução da taxa da Derrama com base nos incentivos da alínea b)*, ou seja aquilo que o executivo disse há um ano atrás, que era a sua estratégia de criação de emprego para o município falhou redondamente, ou as empresas estão extraordinariamente bem de tesouraria e não precisam de pedir os incentivos que o município tem para lhes oferecer, ou não foram criados postos de trabalho e nesse sentido a proposta não serviu para nada.

Há um atrás dissemos que esta proposta não levaria à criação de nenhum posto de trabalho, a câmara entendeu que era a sua política de criação de emprego. -----

Dissemos também há um ano atrás, que a Derrama por uma questão de transparência, deve ser dito aonde é que a Derrama vai ser aplicada. A Derrama é uma taxa bem específica que incide sobre o lucro das empresas e era hábito nesta casa dizer para que é que servia a Derrama, a Derrama durante muitos anos serviu para financiar os transportes urbanos. -----

Nós perguntámos o ano passado e não nos foi dito, para que é que serve a Derrama agora, é afeta ao serviço da dívida, é afeta ao serviço da educação, é afeta ao serviço dos transportes como foi antigamente, é afeta ao serviço de apoio de ação social? Portanto, faz sentido que nós cidadãos e os empresários que a pagam, saibam para que é que pagam esta taxa e aonde é que vai ser aplicada. -----
A pergunta que deixo ao executivo, qual é que é o fim desta taxa da Derrama para 2016?” -----

Fernanda Alves referiu: “Relativamente à Derrama, está no modelo anterior e vamos votar favoravelmente. -----

Gostava de referir que é pena que este incentivo que a câmara está a dar às empresas, caía em fundo roto, ou seja, não há criação de postos de trabalho, teremos que nos questionar porque é que eles não existem, será porque as empresas estão tão bem,

como disse o senhor deputado do PSD, e que não precisam ou não querem aproveitar, mas devia-se questionar também, será porque as medidas do governo anteriormente aplicaram não foram suficientes para que a economia começasse a subir, as despesas com os empregados, os incentivos, será que isso não teve influência, isso não conta? ---

Esperemos que as coisas agora melhorem, era bom que de facto as empresas tomassem em boa conta estes incentivos que a câmara está a dar, era sinal que estavam a ter criação de postos de trabalho, era sinal que estavam a ir bem, a crescer e isso devia preocupar a todos nós. -----

De qualquer forma, pensamos que estes incentivos são sempre bons e são para manter.” -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS -----

O ponto número três “**Lançamento de uma Derrama para o ano de 2016**”, foi aprovado por maioria com catorze votos a favor, sendo nove votos do Partido Socialista, três votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia, oito votos contra, sendo cinco votos do Partido Social Democrata e três votos do Bloco de Esquerda e uma abstenção do Centro Democrático Social. -----

PONTO NÚMERO QUATRO -----

ORÇAMENTO PARA 2016 E GRANDES OPCÕES DO PLANO PARA O PERÍODO 2016/2019, MAPAS DE PESSOAL E OPCÃO GESTIONÁRIA PARA 2016 E REGULAMENTO DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO -----

Pediu a palavra **Sara Domingos**: “O orçamento para o próximo ano no valor de dezasseis milhões e trezentos mil euros, representam o montante mais baixo dos últimos 15 anos. -----

O executivo continua a seguir uma política de rigor que efetuou nos últimos dois anos, a redução em relação ao orçamento anterior de três milhões e cem mil euros. -----

No entanto, mantém os níveis de investimentos elevados em áreas que consideramos prioritárias dos quais se destacam: -----

Educação e desporto escolar, através da recuperação do pavilhão da escola Doutor Ruy D’Andrade e a construção de uma sala de educação física, que irá possibilitar que os equipamentos desportivos estejam sempre prontos a utilizar. -----

A cultura, as obras necessárias à recuperação do Cineteatro S. João. -----

A eficiência energética e o ambiente, com a substituição da iluminação pública. -----

A construção de ciclovias e a requalificação dos espaços verdes. -----

Na economia local e competitividade económica através da reabilitação do mercado diário, ligação rodoviária entre o terminal de contentores e o nó da A23, no sentido de tentar a fixação de empresas no nosso concelho. -----

De salientar que este orçamento é revelador do esforço que o executivo tem vindo a desenvolver com investimentos, com apoio comunitário, apesar da situação financeira estar mais favorável, mas como a que nos foi herdada era muito desfavorável para o executivo, não temos conseguido fazer tantos investimentos. -----

São mantidos os valores com as despesas sociais, designadamente com a saúde onde está cerca de 20% do orçamento total. -----

Para concluir e uma vez que esta questão com certeza será levantada numa próxima sessão da assembleia, este orçamento deverá ser objeto de uma revisão, em função do Orçamento de Estado que será aprovado pelo atual executivo. -----

Dizer apenas, que a bancada do PS vai votar favoravelmente esta proposta.” -----

Prosseguiu **António Ferreira**: “Nós vamos votar favoravelmente o orçamento, mas não concordo muito com a argumentação. -----

Estes 16 milhões não é só por uma questão de um orçamento mais realista, há outros fatores, no documento, na parte introdutória esses condicionalismos não aparecem e em vez de irmos ao Banco de Portugal e outras instituições do género que nunca acertam nas perspetivas que têm, nós devíamos ir mais às nossas instituições àquelas que nos representam. -----

Devíamos também esclarecer, que nos financiamentos dos quadros comunitários, os fundos que vieram para as autarquias foram substancialmente reduzidos e isso devia estar aqui referido. -----

Para nós e para além de uma preocupação que é lógica e de salientar como positiva, o orçamento é realista, é um facto, mas também está condicionado a uma série de outras questões que poderão ser alteradas. -----

Estou na expectativa do que é que vai sair do Orçamento de Estado para 2016. ----

Estou também na expectativa de saber o que é que se vai passar às relações entre o Poder Central e as Autarquias, num restabelecimento da autonomia e da capacidade financeira dos municípios, que é fundamental para nós fazermos uma revisão no ano que vem, aonde não apareçam esses 16 milhões de euros, mas já apareçam mais alguns investimentos. -----

Estamos agradados com algumas áreas, sobretudo com áreas que nos preocupam e que são a recuperação de áreas verdes, recuperação de Bairros Ferroviários, a intenção de fazer obras no mercado municipal e no cineteatro S. João que neste momento não temos infraestruturas na área da cultura. -----

Em termos de área económica, chamo à atenção que nós não devemos ir em grandes modas, devemos estimular aquilo que são os setores produtivos, quer dentro do concelho e aproveitar os outros setores produtivos fora do concelho e que nós possamos integrar alguma mais-valia, por exemplo a agricultura, nós não temos terrenos para a agricultura, mas temos o mercado abastecedor que podemos dedicar mais importância. –

Na área dos transportes ferroviários devemos intensificar indústrias de complementaridade desses setores e outros setores inovadores que não requeiram grandes espaços e que possamos dar apoio. -----

Ver até que ponto o Museu Nacional Ferroviário avança um bocadinho mais depressa do que tem andado até ao momento e arranjar outras estruturas à volta do Museu Nacional Ferroviário, que possa captar gente para aqui e possa agarrar as mais-valias potenciais que podem ser geradas nessa área. -----

Naquilo que está aqui, nos grandes eixos estamos de acordo, embora tenhamos algumas diferenças e opiniões um bocadinho diferentes, concordamos.” -----

Continuou **José Baptista**: “A análise do orçamento que nos é aqui apresentado, no total de 16.335.678 euros quer de receita, quer de despesa, está já salvaguardado pela aprovação expressa já aqui pela CDU e portanto, o Partido Socialista pode já respirar de alívio porque desta assembleia terá a maioria para aprovar este orçamento. -----

Quero começar por saudar o executivo, porque contrariamente àquilo que tinha acontecido no outro ano e por recomendação feita aqui na assembleia, o executivo chamou os senhores vereadores para verem a proposta de orçamento que estava a ser feita pelos técnicos, o que é de valorar e reconhecer ao executivo municipal. -----

Sobre a apreciação do orçamento, vou fazer uma exposição sucinta que são mais relevantes e referidas no projeto. -----

Já no ano passado estava prevista a substituição de todas as luminárias do concelho por tecnologia LED, da ata da reunião de câmara de 28 de outubro de 2014, consta um investimento orçado de 900 mil euros, com auxílio de fundos comunitários, o que significava uma poupança de iluminação pública na ordem dos 40%, ou seja, o

retorno do investimento na parte nacional seria feito num prazo de 1 a 2 anos, agora temos neste orçamento 470.500 euros para 2016. -----

Igualmente estava previsto a ligação do terminal de contentores à A23, investimento de três milhões de euros a realizar nos próximos 3 anos, agora é de novo nos próximos 3 anos e com um montante de investimento previsto de três milhões e cem mil euros. -----

Por outro lado, tínhamos a reabilitação do mercado diário investimento estimado e dois milhões de euros a realizar nos próximos 3 anos, agora temos reabilitação do mercado diário, ambiental e energética, sendo referido que a estimativa de despesa se cifra na ordem dos 850 mil euros, repartindo-se em 2016, 55% e 2017, 45%. -----

Também no orçamento e grandes opções do plano para o corrente ano constava da aposta do município a aquisição de viaturas elétricas e a aposta na remodelação e modernização do cineteatro S. João, que chegou a ser dito que ia abrir, estava para abrir, não se queriam comprometer com as datas. -----

Consta da ata da reunião de câmara do ano passado, que iríamos procurar com pequenas intervenções devolver a vida a este espaço que tanta falta faz ao concelho, nem adquiriram as viaturas elétricas que estão neste orçamento com a verba não definitiva de 300 mil euros, nem foi devolvida a vida ao cineteatro S. João, mas voltamos a ter investimento orçamental em 903.051 euros, cuja execução deverá ser realizada em 2016, 60% e 2017, 40%. -----

Também no ano passado constava na mensagem que ficou registada em ata, o orçamento participativo com uma verba de 150 mil euros alocada para o efeito, não temos presente nada que vá ao encontro desse compromisso nesse orçamento. -----

Dizia então, o vereador do Partido Social Democrata, Rui Gonçalves que o orçamento participativo que o agora executivo do Partido Socialista, prometeu instituir não vai ser mais uma vez cumprido. -----

Não se pode inventar um orçamento participativo única e exclusivamente com vista a definir prioridades dentro da rúbrica Espaços Verdes, este ano não se concretizou, este ano nem vê-lo. -----

Se há um ano a reabilitação de edifícios municipais e reabilitação de eficiência energética, habitação social, foram objeto de preocupação pela parte do PSD, pelo facto das rúbricas estarem abertas com 1 euro, hoje temos a reabilitação dos espaços verdes, dos bairros sociais, com uma dotação de 450 mil euros para 2016 e 300 mil euros para 2017. -----

Tal com aconteceu o ano passado, a rúbrica loteamentos e obras com um montante que corresponde a 859.015 euros, ou 77,22% dos impostos indiretos, inclui a previsão de verbas a receber de loteamentos, cujos processos têm uma expressão caricata que é barras, referimos isso há um ano atrás e chamaram-no de incoerentes, que eram projetos que estavam na calha e que tinham sido chamados a procedimentos nos últimos dias no departamento financeiro da câmara e que não imaginamos quando se concretizarão. -----

Ajudam a equilibrar uma previsão que se perspetiva uma redução de 2.433.393 euros, nas transferências de capital e estão em consonância com a chamada quebra na previsão de aquisição de bens de capital a qual é de 2.802.133 euros. -----

O pavilhão da escola Doutor Ruy D'Andrade será remodelado com fundos comunitários conforme compromisso do governo PSD e CDS-PP. -----

As verbas na educação são maioritariamente transferências do orçamento do estado, pelo que não são maioritariamente um esforço do município. -----

Aguardamos a Esquadra da PSP que aguarda apenas uma assinatura para a sua construção, uma vez que até agora o governo de gestão não o podia fazer. -----

Este orçamento comporta verbas referentes a uma taxa de IMI que defrauda a população do Entroncamento, como já dissemos no ponto anterior, a quem foi prometida uma redução de 12,5% daquilo que paga e não 12,5% da percentagem variável que o município pode instituir. -----

Este é o orçamento do PS com as suas opções que não seriam as nossas, que até tinha hortas municipais que o PSD tinha previsto noutra local e que agora o PS recupere noutra espaço e certamente com outras regras. -----

Aumente substancialmente a verbas orçadas para a festa da cidade e que espera avidamente dinheiro para obra e assumam a não existência de valorização profissional no ano de 2016 para os trabalhadores do município na opção gestonária. -----

Cada vez mais estão à vista as opções do Partido Socialista, suportada pela CDU, que não passam de fumo na sua maioria, a concretização é muito pouca, as ruas têm o desleixo que infelizmente prevalece à nossa volta por todo o lado. -----

Por estas razões que aqui estão explícitas e todas aquelas que podem ser verificadas no orçamento, a bancada do Partido Social Democrata votará contra.” -----

Referiu Luís Grácio: “Já na anterior discussão do orçamento e grandes opções do plano para 2015, nos pronunciamos quanto ao espírito do regulamento do orçamento, nomeadamente quanto aos artigos sexto e vigésimo primeiro, que mais parecem imbuídos em espírito monárquico do que princípios republicanos, o qual em vez de privilegiar as tomadas de decisão coletivas e colegiais, coloca as decisões extraordinárias dependentes do Presidente do Município em prejuízo do executivo camarário e da ação fiscalizadora democrática da Assembleia Municipal, como deve ser apanágio das boas práticas municipalistas e republicanas. -----

Esta observação crítica do Bloco de Esquerda, é mais do que uma simples formalidade. -----

Sendo a assunção de um conceito e de uma prática, procura fomentar decisões colegiais em contraponto com o conceito de uma prática individualista e personalizada.

É de assinalar a sobriedade e o rigor como os documentos são apresentados, o que facilita a sua leitura e ao mesmo tempo permite com facilidade identificar o que nos demarca quanto às opções estratégicas consideradas pela maioria PS. -----

No presente, o grande desafio que se coloca a todos, os que têm responsabilidades na definição de políticas públicas as quais afetam os nossos concidadãos, será o de contribuir a curto e médio prazo para a exigente e urgente recuperação dos rendimentos das famílias e das pequenas empresas, para o qual temos que contribuir com a nossa ação ao nível local. -----

Estamos a falar nomeadamente em decisões que competem ao município camarário e a esta assembleia, por exemplo nas decisões que tomamos ao nível das taxas do IMI e da Derrama. -----

As preocupações com a receita do IMI para efeito de atualização das taxas derivado da reavaliação dos imóveis assim como o fim da cláusula de salvaguarda, demonstraram-se infundadas, uma vez que a receita tem vindo a aumentar, tendo sido a variação da receita entre 2013 e 2014, mais de 224 mil euros, passando de 2.404.000 euros para 2.628.000 euros. -----

O acréscimo do IMI entre 2011 e 2014, ou seja, durante o período de intervenção da troika no nosso município é de 327 mil euros, pelo que se possa considerar que a proposta do Bloco de Esquerda colocou à consideração do executivo camarário da descido do IMI para uma taxa de 0,35 dos prédios urbanos, é perfeitamente justificável e

um sinal de empenho ao nível municipal da contribuição para a recuperação dos rendimentos das famílias. -----

Algumas rúbricas incluídas no orçamento de 2016, já anteriormente estiveram contempladas no orçamento que estamos prestes a concluir, as quais mereceram as nossas críticas, falamos designadamente das receitas previstas em loteamentos em que estava prevista arrecadar mais de 850 mil euros, o qual consideramos uma perfeita fabulação e cujo valor cobrado até à data é de 15.445 euros, sendo que no orçamento em discussão, a verba vai ser aumentada dos 850 mil euros, para os 860 mil euros, continuando na prática no registo de ficcional. -----

Também a prometida intervenção da recuperação do cineteatro S. João, mais uma vez aparece, desta vez esperamos de forma consequente. -----

No último orçamento criticámos por nos parecer manifestamente insuficiente a verba orçamentada, 250 mil euros e cuja execução foi até ao presente nula, o que vem dar razão à nossa anterior crítica, dado o aumento agora atribuído à mesma rúbrica ser de 633 mil euros em 2016, e 270 mil euros em 2017, perfazendo 903 mil euros no total.

Por estes dois exemplos se atesta o sentido sério e responsável da crítica que o Bloco de Esquerda faz aos documentos que nos são presentes para análise. -----

O mesmo se passa com o mercado municipal cuja rúbrica é de 255 mil euros para 2016 e 595 mil euros para 2017, num total de 850 mil euros, nos parece insuficiente para uma intervenção que não se deveria limitar à reformulação da valência comercial, mas pelo contrário, deveria abraçar outras componentes de ação social que integrassem mais combinações do que as atuais. -----

Num assunto que memorizou tantas vontades e manifestações de empenho, hoje esquecido sem que, todavia, a questão esteja resolvida ou minimizada, estamos a falar da Esquadra da PSP, cujos protetores se eclipsaram, para não falar da regularização da Ribeira de Santa Catarina, que continua ciclicamente a demonstrar-nos que não a podemos esquecer e que temos, mais cedo ou mais tarde, de a tratar com a atenção que merece. -----

Já anteriormente criticamos a opção pela ligação do Terminal de Contentores à Área de Acolhimento Empresarial e a A23, com um investimento previsto de três milhões e cem mil euros, manifestamente preferida com outras necessidades em nosso entender prioritárias, como a circular de viação rápida pelo lado nascente que permite alternativas de circulação ao centro da cidade, o mesmo se poderá dizer com a Biblioteca e à Habitação Social, sendo que neste particular, estando o parque municipal em avançada fase de degradação ou inexistente, havendo pedidos em lista de espera, que se poderia optar por um apoio a rendimento social, uma proposta que temos continuamente vindo a apresentar, a exemplo de outros concelhos com resultados positivos. -----

Por último, as flores com que habitualmente se compõe o ramalhete desapareceram completamente, falamos do orçamento participativo, o qual se esfumou após uma aparição de faz de conta no orçamento de 2015 com uma verba inscrita de 150 mil euros para espaços verdes, que para 2016 nem isso. -----

Sendo uma promessa eleitoral do Partido Socialista e à qual o Bloco de Esquerda há muito vem defendendo, não se entende nesta fase do mandato a atual maioria não tenha tomado qualquer iniciativa para a concretizar. -----

Estando perante uns documentos sóbrios e rigorosos, não podemos dar o nosso voto favorável.” -----

Referiu **Fernanda Alves**: “Estive a ouvir atentamente todas as críticas algumas positivas outras nem tanto. -----

Reportava-me a um resumo que o senhor deputado do PSD aqui fez, um resumo exaustivo, mas, houve algo que me ficou na memória e algures no meio do seu discurso o senhor deputado disse que o executivo do PS espera avidamente por financiamento. –

Vindo do senhor deputado até estranho, porque de facto este executivo espera avidamente por financiamento, tem toda a razão, isto só prova que o Governo Central, que agora findou e ainda bem, não foi competente nos regulamentos e nos prazos que devia apresentar para que os dinheiros que vêm para Portugal para nos ajudar a pôr em prática alguns projetos, nomeadamente a nível local, fossem feitos a tempo e viessem para todas as autarquias. -----

Temos aqui duas questões, o endividamento que este executivo encontrou na autarquia, e depois, o entrave que foi feito pelo Governo que agora findou, que não teve competência para tratar das coisas atempadamente, para que as câmaras pudessem aceder aos financiamentos nomeadamente ao programa 2020. -----

Este orçamento só prova a gestão que está a ser feita, se há de facto matérias que já vinham em outros orçamentos e que se estão a prolongar, haverá justificação e uma delas será a que acabei de referir. -----

Ouvi aqui falar por duas vezes no orçamento participativo, tenho a certeza que este executivo terá isso em conta.” -----

Continuou **Pedro Gonçalves**: “Este orçamento é o mais baixo dos últimos 15 anos. -----

O CDS-PP do Entroncamento fez uma reflexão séria, cuidada e acima de tudo pensámos em primeiro lugar, não em nós, mas nos cidadãos do Entroncamento. -----

Já muito foi dito e a nossa posição irá ser tomada com uma base de responsabilidade e acima de tudo de vigilância da execução deste orçamento. -----

Não queremos ser polícias de ninguém, queremos ser diligentes para com os nossos cidadãos. -----

Tendo ponderado bastante e tendo olhado para todas estas análises, não é um orçamento perfeito, mas é um orçamento que para nós e na ótica do CSD-PP do Entroncamento, tem algo bastante positivo que é a taxa de execução que este executivo se propõe, temos que ser realistas, temos que ser concisos e acima de tudo, temos que transmitir a verdade aos nossos concidadãos. -----

Por isso, uma execução alta, tem que ser um orçamento retificado em função do novo Orçamento do Estado. -----

Nós pela primeira vez enquanto CDS-PP do Entroncamento, vamos votar favoravelmente um orçamento do PS, porém, que isto não seja tomado como um favor, que isto não seja tomado como uma atitude de nos subjugarmos ao poder, mas que seja tomado como uma atitude diligente, de quem quer estar informado, como há pouco referi, como alguém que quer ser vigilante e acima de tudo, de fiel da balança deste orçamento. -----

Vamos ser bastante críticos quando for necessário para isso iremos votar favoravelmente para podermos ser críticos, para podermos dizer que as coisas não estão a ser cumpridas e para podermos ajudar quando for chamada a nossa ajuda. -----

Queremos congratular com o executivo pela chamada do CDS-PP aquando da tomada de posição do orçamento e foi nesse sentido, nos esclarecimentos que nos foram dados, que podemos ponderar e que podemos acima de tudo tomar esta decisão. -----

Acreditem que não foi uma decisão fácil por parte do CDS-PP do Entroncamento, não foi uma decisão unanime porque não tomo decisões sozinho, nós somos um partido democrático, como diz o nosso nome, e quero que fique aqui bem

claro, que estaremos vigilantes e que acima de tudo estaremos bastante atentos para que todas as decisões que lá estão sejam tomadas.” -----

Proseguiu **Antônio Ferreira**: “Repito novamente, a parte introdutória leva àquilo que ouvimos aqui, a economia do país vai de vento em popa, as exportações estão a subir de 5% a 6%, portanto a culpa é nossa aqui do município. -----

Esta parte introdutória do documento está muito mal feito e devia estar aqui as preocupações da Associação Nacional dos Municípios dos últimos congressos, porque assim ficávamos com uma ideia melhor de quais são as dificuldades do país e dos municípios, sobretudo dos municípios. -----

Muito do déficit foi reduzido pelo Estado, deve-se ao bom desempenho das autarquias e aos sacrifícios que as populações têm tido nos últimos tempos, quando se corta às autarquias, corta-se às populações diretamente e quando não temos as ruas limpas foi porque nos levaram a isso. -----

Nós avisámos em tempos, que não devíamos recorrer a POC e CEI e que devíamos por todos os meios, salvaguardar os nossos trabalhadores das câmaras em determinadas áreas para que prestem um bom serviço e um serviço de qualidade às populações. -----

Neste momento aquilo que se está a passar, é os centros de emprego a não aceitar novas propostas de POC e CEI para as autarquias, ficando as autarquias com o lixo e a limpeza nas ruas. -----

Esta questão da opção gestonária, é importante que se continue a fazer a avaliação dos trabalhadores das câmaras, neste momento é impossível fazer o reconhecimento material a essas pessoas, mas a avaliação deve continuar.” -----

Referiu **José Baptista**: “A senhora deputada do Partido Socialista falou aqui de várias questões algumas nem sequer me vou referir a elas. -----

Sobre o orçamento participativo se tinha sido implementado, não tinha sido implementado, claro que não, nunca tinha sido proposto por executivos que tivessem ganho as eleições do município, não tinha que ser implementado. -----

Nos executivos durante 12 anos do Partido Social Democrata, desta câmara, nunca o Partido Social Democrata tinha proposto orçamentos participativos, portanto nunca os implementou, ao contrário do Partido Socialista que colocou no seu programa eleitoral, colocou à população e não os implementou até aos dias de hoje, já os tirou deste orçamento e no anterior tinha 150 mil euros para espaços verdes. Nós não podemos dizer tudo o que nos apetece, temos que ter um bocadinho de história e lembrar das coisas que aconteceram nesta casa. -----

Falou da herança que o Partido Socialista recebeu desta casa há dois anos atrás, relembra-la que o Partido Socialista recebeu a herança que sabia que ia receber porque tinha as contas do município, não foi uma surpresa quando cá chegou. -----

Um bocadinho diferente foi há 14 anos atrás quando o PSD cá chegou, o Entroncamento não tinha quase investimento comunitário nenhum, mas havia dívida, havia fundos comunitários, mas não eram aproveitados no Entroncamento, sabe porquê? Eu também não sei, mas o Presidente da altura deve saber porque era um Presidente do PS. -----

Sabe que receber uma câmara com passivo, mas com obra, não vai recusar dizer que o Entroncamento tem um parque escolar todo novo, feito com investimento comunitário e pelo anterior executivo, não foi por este! -----

Não vai recusar dizer, que o Entroncamento tem um parque desportivo todo novo, feito pelo anterior executivo, não por este! -----

Não vai recusar dizer que regeneração urbana que foi feita no Entroncamento foi feita nos mandatos anteriores, não foi só por este, foi com investimento comunitário e do município. -----

Portanto, receber o município com dívida e com obra feita, é muito diferente receber o município com dívida e sem obra feita.” -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO QUATRO -----

O ponto número quatro “**Orçamento para 2016 e Grandes Opções do Plano para o período de 2016/2019, Mapas de Pessoal e Opção Gestionária para 2016 e Regulamento de Execução do Orçamento**”, foi aprovado por maioria, com quinze votos a favor, sendo nove votos do Partido Socialista, três votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes da Juntas de Freguesia, cinco votos contra do Partido Social Democrata e três abstenções do Bloco de Esquerda. -----

PONTO NÚMERO CINCO -----

PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DAS ARU 1, 2 e 3 – ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA PARA O CONCELHO DO ENTRONCAMENTO ---

Referiu o senhor **Presidente da Assembleia**: “Vamos discutir como um ponto único e depois fazer as votações de cada uma das áreas.” -----

Interveio **Fernanda Alves**: “Sobre este ponto, já fomos informados, está bem explícito, ficamos satisfeitos por ver que de facto há intenção de tornar melhor a nossa cidade e com a delimitação destas áreas de delimitação urbana ficamos agrado, assim haja financiamento para a sua concretização. -----

Ficámos satisfeitos com todas elas, a ARU 1, relativa aos Bairros Ferroviários que são uma parte importante da história do Entroncamento, temos inclusive uma entrada que pela degradação, as pessoas que passam ou que residem lamentam. -----

A ARU 2, para o centro da cidade, importantíssima, onde está de facto incluída a questão do cineteatro que é uma pedra chave na nossa cidade e o mercado municipal que está também muito necessitado. -----

A questão dos Bairros Sociais também como as outras, consideramos que são planos muito bem estruturantes para a cidade e tudo o que leve à melhoria das pessoas que cá habitam e os que vêm de fora, uma questão de imagem do Entroncamento e esperamos que estes projetos possam ir avante.” -----

Proseguiu **José Baptista**: “Sendo a definição de áreas de reabilitação urbana o primeiro passo que é importante e deve ser entendido numa perspectiva de promoção e incentivo de possíveis intervenções futuras e foi nesse sentido que o município decidiu criar quer a ARU 1 para a zona ferroviária, quer a ARU 2 e 3, com objetivos na área de recuperação e requalificação do património do espaço urbano do concelho, da responsabilidade do município ou dos cidadãos, eventualmente de outras entidades e de acordo com a informação dos serviços e regulamentação, há uma série de aspetos que é necessário verificar, inclusive analisar de acordo com a consulta pública dos documentos. -----

De qualquer modo e estando incluídas nas propostas da ARU 1 que é a que se refere aos bens do domínio público ferroviário, sobre os quais o município não tem jurisdição e isto é uma questão que é importante ser discutida, a realização de um projeto e é importante que o município nos explique isto, como é que nós vamos deliberar ou decidir sobre uma ARU numa zona específica de património ferroviário que não pertence ao município, tem implicações sobre a conservação do património nelas incluído para além dos possíveis benefícios para os proprietários, perguntamos: -----

Existem diligências, contatos com as Infraestruturas de Portugal prévias à apresentação de proposta e se sim, se houve ou não e quais é que foram? -----

De igual modo, nos objetivos específicos para a ARU 2, registar a intenção do projeto de ordenamento dos terrenos da antiga zona industrial desativada dos “Agostinhos”, existiram contatos com a proposta de acordo com os proprietários, solicitaram esclarecimentos sobre esta situação? -----

Agradecemos que a proposta, conforme foi referido pelo senhor Presidente, sejam as ARU votadas separadamente.” -----

Continuou **Pedro Gonçalves**: “Também tenho algumas dúvidas quanto à intervenção em espaços com as Infraestruturas de Portugal, assim como os antigos “Agostinhos”, seria interessante um esclarecimento para que todos pudessem votar de acordo com a realidade e não numa base pouco sólida. -----

Porém, quero saudar que nalgumas das ARU vê-se alguns pontos que têm sido bastante falados e acreditamos que com estas ARU possam acima de tudo requalificar algumas coisas. -----

Fico bastante agradado de ver aqui na ARU 3, os jardins tradicionais que até aqui têm estado degradados e que ao longo dos anos foram abandonados e rejeitados pela nossa edilidade. -----

Acima de tudo, a qualidade de vida que estas ARU podem trazer à nossa cidade, é de mais relevante lembrar que isto é para as pessoas, são projetos que podem ser únicos, mas é preciso que esta comunicação por parte da nossa autarquia, chegue também aos proprietários. -----

Deveria estar contemplado quando for a execução da ARU, algo que possa publicitar as mesmas, de maneira a que as pessoas possam intervir. -----

Precisamos quando estas ARU forem implementadas, se possa fazer chegar aos cidadãos, aos proprietários, para eles saberem o que podem fazer, como intervir, apoios, não basta estar no papel, é preciso haver uma comunicação. -----

O CDS-PP vê todas as ARU bastante positivas, saliento, como é que vamos intervir na propriedade das Infraestruturas de Portugal e como é podemos intervir no espaço dos “Agostinhos”, se existe vontade por estas duas entidades, e gostaríamos de ver isto esclarecido para que possamos votar em consciência.” -----

Interveio **António Ferreira**: “Ainda não percebi muito bem esta questão, penso que reabilitação urbana tem mais a ver com os concelhos mais urbanos. -----

A regeneração urbana tem mais a ver com áreas rurais. -----

Nós já perguntámos várias vezes e têm respondido que as ARU não seriam entregues a sociedades de reabilitação urbana, não seriam entregues à Comunidade Intermunicipal, isto são planos de estratégica de reabilitação urbana para serem acompanhados pela autarquia desde o princípio ao fim e controlados democraticamente e, portanto, estamos de acordo com a implementação das ARU. -----

Também entendemos, que de facto, como elas foram definidas, foram para áreas que nós consideramos prioritárias e aqui estamos de acordo, mas penso que podíamos ter ido mais longe em termos de definições de ARU. -----

Recordo aqui que a primeira expectativa em relação a fundos para as ARU era uma, depois houve uma decisão de cortar nos financiamentos das ARU e quando vieram os programas finais, o dinheiro ainda era menos, é evidente que sem verbas e sem meios, não conseguimos chegar a todo o lado, mas é uma pena porque o Entroncamento está mesmo a necessitar de reabilitação e da melhoria da qualidade de vida em determinados bairros e isso só se consegue com fundos que estimulem essa melhoria da qualidade de vida das populações.” -----

Segue-se o esclarecimento do senhor **Presidente da Câmara**: “É evidente que é muito importante a sua divulgação, nós já iniciámos esse processo e vamos continuar a fazê-lo logo que sejam de facto documentos finais e aprovados, sendo hoje o passo final dessa aprovação e portanto, só a partir de hoje é que vamos estar em condições de promover essa discussão e esclarecimento de forma mais sustentada e contamos nas iniciativas que vamos ter, esperamos que os senhores deputados municipais estejam presentes para nos trazerem contributos que são sempre bem-vindos. -----

Relativamente às ARU, são instrumentos de planeamento do território e este executivo em momento algum deixará de intervir, deixará de assumir as suas responsabilidades em termos do planeamento e da definição das orientações estratégicas para a gestão do território. -----

Posso dar um exemplo muito simples, quando tivemos conhecimento de que o Bairro Camões estava à venda pela internet pela anterior empresa REFER Património, nós de imediato fizemos uma proposta simbólica de compra por um euro, que foi claramente entendido pelos responsáveis da empresa, a mensagem que fizemos passar, foi dizer que nós não somos proprietários, mas somos parte ativa na definição do futuro daquele património e não abdicamos dela, isso mesmo tive a oportunidade de transmitir ao senhor Presidente das Infraestruturas de Portugal, quando lhe entreguei o memorando de intenções de investimento, já no passado mês de maio. -----

Também relativamente a outros particulares, porque também é importante referir-se que as áreas de reabilitação urbana são instrumentos de gestão de intervenção do território, que contemplam a possibilidade de existência de investimentos privados e investimentos públicos. -----

Para as candidaturas aos fundos comunitários, só haverá financiamento público na medida em que houver investimento privado. -----

Também já tivemos conversas com os proprietários dos “Agostinhos” acerca desta expectativa, que mereceu grande aceitação e algum entusiasmo por poder ter um instrumento que permita ajudar a repensar um futuro para aquele território. -----

Obviamente, que estando ainda por definir, é mais uma das questões que a senhora deputada Fernanda Alves já referiu e bem, infelizmente estamos no final do segundo ano de vigência do quadro comunitário 2020 e até agora, dinheiro para as autarquias foi zero, isto, por total incapacidade do anterior governo em colocar no terreno os instrumentos necessários e abrir as candidaturas para que nós câmaras, pudéssemos efetivar esses investimentos. -----

O investimento privado, há de ser apoiado através de um instrumento financeiro, que nos têm dito há muitos meses atrás que está a ser construído, mas que ainda ninguém sabe como, eu presumo, que esse instrumento financeiro pode consistir numa bonificação da taxa de juro, ou numa facilitação de acesso ao crédito. -----

A única certeza que temos, é que do bolo de cerca de 150 milhões de euros que a região centro tinha disponíveis para apoiar os investimentos no âmbito dos planos estratégicos em limite urbano, em que se inclui a regeneração urbana, já cerca de 40 milhões de euros vão ser desviados para esse instrumento financeiro, mais do que isso não sabemos, e por isso não podemos ter grandes negociações ou conversas com os privados, porque nós sabemos tanto como eles, que é zero. -----

A lei não impede que possam ser definidas novas ARU, estamos disponíveis para aceitar qualquer proposta para estudarmos e definirmos novas ARU. -----

A legislação permitia que na definição das ARU, definisse modelos de gestão em que permitia transferir para uma entidade terceira algumas das competências que são da câmara no âmbito desta área territorial das ARU. -----

Desde a primeira hora, a nossa definição destas ARU foi sempre no pressuposto de que não haveria criação de entidades terceiras, como foram criados noutros concelhos e que as competências da câmara não seriam delegáveis nessas entidades. -----

Nas propostas das ARU, também tem um sistema de bonificação nomeadamente em termos de IMI, relativamente à valorização dos prédios em resultado dos prédios que constam nas áreas de reabilitação urbana e uma isenção total na primeira transação em termos de IMT relativamente à transação dos prédios recuperados.” -----

VOTAÇÃO DA ARU 1- ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA -----

A ARU 1 – Área de Reabilitação Urbana para o Concelho do Entroncamento, foi aprovada por maioria, com dezoito votos a favor, sendo nove votos do Partido Socialista, três votos da Coligação Democrática Unitária, três votos do Bloco de esquerda, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e cinco abstenções do Partido Social Democrata. -----

VOTAÇÃO DA ARU 2 – ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA -----

A ARU 2 – Área de Reabilitação Urbana para o Concelho do Entroncamento, foi aprovada por unanimidade, com vinte e três votos, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos da Coligação Democrática Unitária, três votos do Bloco de esquerda, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

VOTAÇÃO DA ARU 3 – ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA -----

A ARU 3 – Área de Reabilitação Urbana para o Concelho do Entroncamento, foi aprovada por unanimidade, com vinte e três votos, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos da Coligação Democrática Unitária, três votos do Bloco de esquerda, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

Após as votações, o senhor Presidente da Assembleia concedeu um intervalo de um minuto, para mudança do ficheiro relativo à gravação da sessão. -----

PONTO NÚMERO SEIS -----

ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO -----

Pediu a palavra **Carla Oliveira**: “Considerando que a Câmara Municipal do Entroncamento, aprovou a proposta de alteração do regulamento de atribuição de bolsas de estudo que submeteu à aprovação da assembleia municipal, há alguns aspetos que no nosso entender careciam de alguns melhoramentos, nomeadamente em relação à sua organização e alguns esclarecimentos. -----

Contudo, sobretudo o número cinco do artigo terceiro desta mesma proposta de alteração ao regulamento de atribuição de bolsas de estudo e que prevê a obrigação dos contemplados à bolsa de estudo à prestação de duas semanas de serviço à comunidade em regime de voluntário, é sobre este ponto que nós aqui queremos pronunciar. -----

O número cinco do artigo terceiro diz: “*A atribuição de bolsa de estudo implica que os contemplados deverão prestar, em regime de voluntariado, duas semanas de serviço à comunidade em atividades socioculturais, de reconhecida mais-valia e interesse para os municípios, promovidas pela Autarquia ou por outra entidade de cariz social do concelho.*” Esta obrigação desde logo se subverte no espírito do voluntariado na medida em que se traduz numa obrigação, sendo ainda certo, que acaba por se tornar numa espécie de trabalho renumerado com uma bolsa de estudo. -----

A atividade voluntária não inclui benefícios financeiros, ela é levada a cabo por livre e espontânea vontade de cada um dos indivíduos, trás vantagens a terceiros e ao

próprio evidentemente, mas a sua essência deve ser o altruísmo, a pertença, a estima, o reconhecimento, o desenvolvimento social, temos de parar de confundir os conceitos. ---

O objetivo da atribuição das bolsas de estudo é sobretudo a persecução das atribuições municipais em matéria de ação social, a ação social não pode nem deve ser exercida de acordo com os princípios de obrigação, retribuição em trabalho por parte dos beneficiários, ao género do que o anterior governo praticou com o Rendimento Social de Inserção, ou com o trabalho forçado de contratos dos CEI ou CEI mais. -----

Esta é uma visão de ação social inaceitável e que nós recusamos. -----

Impõem-se assim expurgar da proposta de regulamento esta norma. -----

Todas as propostas que são apresentadas pela câmara à assembleia, podem por estas livremente ser alteradas, com exceção das que estão previstas no artigo 25º, número 3, da Lei 75/13, de 12 de setembro, havendo assim na assembleia municipal, aquilo que alguns juristas chamam de direito de emenda. -----

Nestes termos, os deputados municipais eleitos pelo Bloco de Esquerda para a assembleia municipal, propõem que a Assembleia Municipal do Entroncamento, delibere ao abrigo do artigo 25º, número 3, da lei 75/13, de 12 de setembro, anexo I, que seja eliminado o nº 5, do artigo 3º da proposta de alteração ao regulamento de atribuição de bolsas de estudo do município do Entroncamento e que mais uma vez eu lembro: *Prevê a obrigação dos contemplados com bolsa de estudo a prestação de duas semanas de serviço à comunidade em regime de voluntariado.....* -----

Interveio **António Manuel**: “Em relação à intervenção anterior tenho a dizer o seguinte: -----

A questão de perceção de tarefas em regime de voluntariado por parte dos bolseiros, tem a ver apenas pelo princípio de cidadania e de responsabilização social que se pretende inculcar nos estudantes e com a criação de hábitos. -----

Vou dar alguns exemplos: -----

Imagine-se a professora a) que dá explicações ao filho da senhora b) e esta última, em troca faz de mulher a dias em casa da professora. -----

Imagine-se um desempregado que tem de se apresentar quinzenalmente nos serviços da segurança social a fim de comprovar a sua situação. Esta deslocação por parte do desempregado, implica um custo de deslocação, ou no mínimo um esforço despendido. -----

Ambas as situações que mencionei acontecem e não levantam qualquer tipo de contestação. -----

Se o bolseiro por altura das férias do verão fizer 15 dias de voluntariado por exemplo no parque dos escuteiros do Bonito, ou auxiliar as crianças no espaço OTL, não vejo problema nenhum.” -----

Proseguiu **Rui Bragança**: “Em relação a este ponto, o Bloco de Esquerda acabou por dizer parte do que nós iríamos falar. -----

A ideia da câmara é boa, a ideia era que, as pessoas que usufruem de uma bolsa, pudessem de alguma forma, com as capacidades que têm, dar algo à comunidade. -----

Contudo, da forma como está escrito no regulamento em que diz que o bolseiro tem que fazer, ou deve fazer, a forma como está escrito parece uma obrigatoriedade e não devia ser essa forma, devia ser, quando da atribuição da bolsa, deviam fazer ver ao bolseiro, que se calhar ele tem capacidade para se aplicar dentro de associação qualquer, não quer dizer que seja dentro da câmara. -----

Acho que o problema, é a maneira como está escrito e vamos votar a favor” -----

Continuou **Carla Oliveira**: “Podendo estar ou não de acordo por esta questão da contrapartida que o beneficiário tem que dar, se era intenção da câmara colocar como

contrapartida da atribuição da bolsa a prestação deste serviço, então que lhe dê outra designação. -----

Chamar-lhe de voluntariado, com isso não podemos estar de acordo, é abusivo e não contribui nada de bom para aquilo que o voluntariado representa ou pretende representar.” -----

Referiu o senhor **Presidente da Assembleia**: “Acolhendo a sugestão do Bloco de Esquerda, vamos ter que votar esta alteração ao regulamento das bolsas de estudo. ---

Existe da parte do Bloco de Esquerda uma sugestão para eliminar o número 5, do artigo 3º.” -----

Pediu a palavra **José Baptista**: “Se nós retirarmos todo o número 5, conforme é proposto pelo Bloco de Esquerda, pode aqui ser contemplado, que os jovens que vão beneficiar dessas bolsas de estudo, podem se quiserem estar incluídos nos serviços do município ou outros, aliás, isto foi referido pelo senhor Presidente da Câmara no Aniversário do Concelho, não com esta formação do *devem*. -----

Não sei se o Bloco de Esquerda aceita que possa ser reformulado o número 5, eu também não sou favorável ao voluntariado contrário, mas também não me choca que seja dado a conhecer que o podem fazer.” -----

Interveio **Carla Oliveira**: “De facto não se trata de gostar ou não, desde que fique bem claro que esta possibilidade é de facto uma possibilidade totalmente voluntária e não uma imposição, para nós não há problema e não se trata de gostar ou não.” -----

Respondeu o senhor **Presidente da Assembleia**: “Acho que esse entendimento é que está no espírito de quem fez o regulamento.” -----

Foi concedida a palavra ao senhor **Presidente da Câmara**: “Penso que a senhora deputada tem todo o direito de ter opiniões diferentes, se não concorda, deve votar contra ou abster-se, como entender. -----

Relativamente a querer alterar a redação do que está, este regulamento tem dois pressupostos base para a atribuição das diferentes bolsas. -----

Primeiro, ter aproveitamento. -----

Segundo, aceitar em regime de voluntariado com uma dimensão de cidadania que nós achamos que é fundamental que os estudantes percebam aceitar, é uma condição prévia para que o estudante beneficie da bolsa, aceitar desenvolver trabalho em qualquer entidade ou instituição da nossa cidade. -----

Estas são dimensões curriculares e cada vez mais as universidades valorizam e cada vez mais as entidades que recrutam, valorizam e dessa forma, também estamos a contribuir para que um estudante da nossa cidade melhore o seu currículo e a sua capacidade de intervenção na cidade.” -----

O senhor **Presidente da Assembleia** referiu: “Nós percebemos o entendimento que se tem em relação a esta matéria e qual é o espírito deste regulamento. -----

Não estando o Bloco de Esquerda a favor desta questão, só tem uma alternativa que é votar contra.” -----

Respondeu **Carla Oliveira**: “A alternativa que nós temos é votar contra, mas a lei também prevê que exceto naqueles pontos que há pouco elenquei e que estão previstos no ponto número 3, do artigo 25º, exceto nesses pontos concretamente, a assembleia municipal pode propor alterações àquilo que foi aprovado na câmara. -----

Não só a bancada do Bloco de Esquerda tem o direito de votar contra, mas também tem o direito de apresentar outras propostas de correção daquilo que nós entendemos daquilo que é o chamado direito de emenda, daquilo que são as propostas da câmara municipal e esse direito não nos pode ser retirado.” -----

Interveio o senhor **Presidente da Assembleia:**” O direito não está a ser retirado.

Ao retirar o número 5, do artigo 3º, altera completamente a filosofia do regulamento que é proposto e conforme foi dito pelo senhor Presidente da Câmara, obedece a uma série de pressupostos e um pressuposto muito simples que é uma cidadania ativa que é exigida àqueles que vão colher um benefício, que é uma bolsa de estudo. -----

Assim sendo, vou colocar à votação a proposta da câmara.” -----

A senhora **Carla Oliveira**, referiu que a sua proposta também fosse colocada à votação em alternativa. -----

Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia, colocou à votação a proposta apresentada pela câmara, chamando-lhe proposta 1. -----

A proposta 2, apresentada pelo Bloco de Esquerda, com a eliminação do número 5, do artigo 3º do regulamento de atribuição de bolsas de estudo. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SEIS – PROPOSTA 1 -----

O ponto número seis “**Alteração do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo**”, foi aprovado por maioria, com vinte votos a favor, sendo nove votos do Partido Socialista, 5 votos do Partido Social Democrata, três votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e três votos contra do Bloco de Esquerda. -----

Face à votação, não se tornou necessário votar a proposta 2, do Bloco de Esquerda. -----

Pediu a palavra o senhor **Presidente da Câmara:** “Já foi feita a votação, não quis intervir na questão da interpretação. -----

Devo recordar, que de acordo com o CPA a alteração de regulamentos tem um procedimento próprio, que é o início de procedimento, esse início de procedimento foi divulgado publicamente durante um período de 30 dias, e só depois, considerando os contributos que as pessoas possam dar, é que é feita a proposta final.” -----

PONTO NÚMERO SETE -----

ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO CENPRE – CENTRO EMPRESARIAL DO ENTRONCAMENTO -----

Interveio **Marco Geração:** “O CENPRE foi uma iniciativa criada na anterior legislatura, tem valor para o município, o regulamento que foi criado irá melhorar o funcionamento do CENPRE, mas de uma certa forma, também queremos reparar a falta de uma Associação Empresarial naquilo que é o regulamento do CENPRE, fica esse registo e o apoio do Bloco de Esquerda a todas as iniciativas que possam fazer valer a comunidade empresarial e fazer valer novas ideias e novas empresas no município.” ----

Pediu a palavra **Kelly Silva:** “O regulamento já tinha sido elaborado na altura em que o Centro Empresarial foi criado. -----

Relativamente ao que é colocado aqui, efetivamente era uma das ideias na altura que se criou o Centro Empresarial, era criar uma proposta de valores para que não fosse tudo também a custo zero, porque existem gastos, existem consumíveis e que agora estão aqui colocados e nós concordamos e vamos votar a favor nesse sentido. -----

A única coisa que nós gostaríamos de saber, era algumas informações que nós não conseguimos detetar através dos meios que existem para esse efeito e que são: -----

Quais são as empresas que estão neste momento no Centro Empresarial? -----

Gostaríamos também de saber, quais são as atividades económicas que estão a ser exercidas por essas empresas? -----

Também gostaríamos de saber, quais é que são as entidades que dão apoio a estas empresas, porque, se estamos a falar de uma incubadora e se formos levar à risca o

que efetivamente a palavra diz, estamos aqui a criar uma pequena empresa que precisa ser incubada, precisa ser mimada, precisa ser acompanhada e orientada e gostaríamos de saber quem é que faz isso? Qual é que é a entidade, visto que verifico que a NERSANT está aqui e apenas para suportar quando necessário, quando há necessidade de solicitar à NERSANT solicita-se, mas vejo que a última palavra é da câmara municipal e concordo com isso, mas não se vê ninguém para orientar. -----

Como disse o senhor deputado Marco Geração, não há uma Associação Empresarial, quem é as entidades que podem ajudar estes novos empresários que estão na incubadora para serem orientados?” -----

Proseguiu **António Ferreira**: “É só para solicitar com os elementos já solicitados anteriormente, sabermos também, em termos de custos o que é que isso representa.” -----

Continuou **António Manuel**: “Vou tentar responder a algumas questões levantadas pela senhora deputada Kelly Silva, ex-vereadora do anterior mandato, com o pelouro do comércio. -----

Tenho ideia, não sei se estou certo ou não, o CENPRE tem funcionado sem regulamento. -----

Neste momento, no CENPRE estão lá três empresas, as suas atividades serão respondidas pelo senhor Presidente da Câmara. -----

As parcerias são feitas com a NERSANT e a última palavra que li no regulamento, pertence à NERSANT. -----

Penso que nos devemos congratular com o esforço que este executivo tem feito na gestão de um orçamento já de si limitado, e passo a explicar: -----

O antigo espaço CENPRE, funcionava em frente ao Centro Comercial Avenida, pertencia ao domínio privado, isto é, era um espaço arrendado pelo município. -----

Pergunto à senhora vereadora Kelly Silva, se não havia um espaço público para poder funcionar o CENPRE? -----

O anterior executivo, despendia qualquer coisa como dois mil euros mensais pelo arrendamento do espaço, é certo que os futuros empresários não pagavam um cêntimo pela utilização do espaço, mas os munícipes sim e qualquer coisa como 50 mil euros anuais. -----

Hoje, o primeiro bebé que a senhora ex-vereadora Kelly, deu à luz, funciona no espaço “a Cadeira do Saber”, que não acarreta despesa para o erário público, os munícipes agradecem e as jovens empresas também, pois dispõem de um espaço com excelentes condições e ao fim de 6 meses de isenção, passam a ter uma tabela de preços, serviços disponibilizados com preços low-cost. -----

As taxas aplicadas são como se depreende meramente simbólicas, a sua aplicação tem como intuito responsabilizar civicamente estes futuros jovens empresários que aí se estabelecem. -----

Se observarmos em anexo ao regulamento os serviços que são disponibilizados pelo valor de 65 euros, usufrui de iluminação e água, acesso às partes comuns, limpeza das instalações, acesso à internet, impressora, fotocopiadora e porteira, vejam os preços que são praticados.” -----

Referiu **Pedro Gonçalves**: “Nós somos favoráveis a esta alteração, vamos aprovar este regulamento. -----

Acredito que possamos ter perdido uma oportunidade de ter ido mais além. Nós estamos na cidade ferroviária, estamos na cidade que tem o Regimento de Manutenção do Exército Português e que poderíamos ter aproveitado estas duas sinergias para aproveitar este CENPRE e captar algum investimento empresarial que possa vir a haver

e que seja dedicado a estas duas atividades, à atividade ferroviária e a atividade de manutenção. -----

Era por isso que nós queríamos fazer esta ressalva, que possivelmente quem esteja à frente do CENPRE, possam ser ambiciosos o suficiente para que se possa criar a partir do CENPRE um tecnopolo industrial aplicando os recursos que já existem na nossa cidade.” -----

Pediu a palavra **Kelly Silva**: “Já percebi porque é que queria falar depois de mim, a questão é que o senhor devia ter alterado o discurso, porque estava à espera que eu dissesse que não concordava, mas concordei, e o seu discurso estava a ir contra uma situação que eu não tinha colocado. -----

A bancada do PSD concordou com esta proposta, a única coisa que nós colocamos, foram algumas questões que não estão divulgadas no portal, coisa que diz no regulamento, que as empresas têm o direito a ter a divulgação no portal, nós não conseguimos encontrar, por isso a questão. -----

Relativamente ao regulamento, posso garantir que o regulamento existia, não ia abrir-se um Centro Empresarial sem regulamento. -----

Relativamente à questão de ser o meu primeiro bebé, não foi o meu primeiro bebé, graças a Deus já tinha sido mãe antes. -----

Foi um projeto muito interessante e aliciante de que me orgulho de ter feito parte. -----

Relativamente a uma questão de que ainda há pouco não falei, é relativo ao artigo 12º, é uma sugestão, que diz relativamente a um processo de avaliação para incubar as empresas, não fala de sobreposição da atividade económica, sugeria que se calhar, seria interessante termos essa ressalva para não haver duas ou três empresas com a mesma atividade económica numa incubadora tão pequena que é o Entroncamento, seria um ponto interessante a acrescentar, é uma opinião simplesmente.” -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SETE -----

O ponto número sete “**Alteração do Regulamento do CENPRE – Centro Empresarial do Entroncamento**” foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos da Coligação Democrática Unitária, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Social Democrático e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. ---

PONTO NÚMERO OITO -----

ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO SUBTERRÂNEO DA PRAÇA SALGUEIRO MAIA -----

Pediu a palavra **Marco Geração**: “O Bloco de Esquerda em relação a esta alteração ao regulamento do parque de estacionamento na praça Salgueiro Maia, gostaria de contribuir com uma alteração, algo que já foi falado pelo nosso vereador Carlos Matias, que seria alargar o período gratuito. -----

Isto tem a ver não só, com quem estaciona os carros naquele estacionamento, também tem a ver com o comércio à volta e o Bloco acredita, que estendendo um pouco mais esse período gratuito, vai dar hipótese às pessoas que estacionam lá os carros de terem uma visita um bocado mais interessante para os comerciantes da zona.” -----

Interveio **Manuel Martins**: “Considerando que devido a vários fatores económicos, sociais e outros a utilização do parque subterrâneo tem sentido algum decréscimo, esta alteração vem no sentido de incentivar o público à sua utilização e a câmara vem assim oferecer novas formas de utilização com a introdução desta avença CIS, que significa Comércio, Indústria e Serviços, e que é destinada a agentes

económicos com estabelecimentos no nosso concelho e que poderão inscrever três viaturas, ocupando um lugar de cada vez entre a 6 e 23 horas. -----

Esta nova avença terá um valor de 10 euros, haverá também uma redução das atuais avenças, passando a “avença diurna” de 15 euros para 12,50 euros e a “avença de 24 horas” de 30 euros para 25 euros/mês, o que representa uma redução de 16,7% nas avenças, o que é um esforço que se espera que venha a aumentar a utilização do parque.” -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO OITO -----

O ponto número oito “**Alteração do Regulamento do Parque de Estacionamento Subterrâneo da Praça Salgueiro Maia**” foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos da Coligação Democrática Unitária, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Social Democrático e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO NOVE -----

ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DAS HABITAÇÕES SOCIAIS DO MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO -----

Pediu a palavra **José Leote**: “Esta alteração tem apenas a ver com o adequar o regulamento ao novo Regime Jurídico do Arrendamento Apoiado para Habitação Social, aprovado pela Lei nº 81/2014, de 19 de dezembro. -----

Na prática, estabelece um valor mínimo e um valor máximo na renda, suportada pelo agregado, o valor mínimo é correspondente a 5% do (IAS) e o valor máximo corresponde a 20% desse Indexante dos Apoios Sociais.” -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO NOVE -----

O ponto número nove “**Alteração do Regulamento das Habitações Sociais do Município do Entroncamento**” foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos da Coligação Democrática Unitária, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Social Democrático e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO DEZ -----

ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO CARTÃO ENTRONCAMENTO SOLIDÁRIO -----

Não havendo pedidos de intervenção o senhor **Presidente da Assembleia** coloco-o à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DEZ -----

O ponto número dez “**Alteração do Regulamento do Cartão Entroncamento Solidário**” foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos da Coligação Democrática Unitária, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Social Democrático e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO ONZE -----

ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO TURE -----

Pediu a palavra **Fernanda Rolo**: “Após análise às alterações do regulamento ficámos com umas dúvidas, pelo qual solicitamos esclarecimentos: -----

Qual a razão da opção da atribuição de cartões ao executivo municipal? -----

Solicitamos informação, se nas deslocações do concelho o executivo passará a utilizar o TURE e deixará de utilizar os carros municipais?” -----

Interveio **Marco Geração**: “O Bloco de Esquerda analisou esta alteração ao regulamento do TURE e chegou à conclusão que existia um ponto muito sensível nesta alteração do regulamento. -----

Considerando que a Câmara Municipal do Entroncamento aprovou a proposta de alteração ao regulamento dos TURE no Entroncamento. -----

Considerando também que o artigo 12º, nº 2, da proposta de alteração ao regulamento dos TURE, prevê o direito dos membros do executivo a viajarem gratuitamente. -----

Considerando também que entendemos que esta medida não é adequada, devendo tal gratuidade apenas ser concedida aos trabalhadores da câmara. -----

Considerando também que impõe a ética republicana que os privilégios dos cargos políticos sejam bem avaliados e aceitáveis pela população. -----

Considerando que ora entendemos que não se justifica este benefício aos titulares da câmara municipal, de forma indiscriminada. -----

Considerando que se impõe também alterar esta forma. -----

Todas estas propostas apresentadas pela câmara municipal podem por esta, ser livremente alteradas e isto volta ao ponto que a Carla Oliveira referiu há pouco e com isso invoco aquilo que está previsto no artigo 25º, nº 3, da Lei 75/13, de 12 de setembro, anexo I, havendo assim para a assembleia municipal um direito de emenda e é esse direito que o Bloco de Esquerda invoca. -----

Consideramos que é legalmente admissível nas matérias do artigo 25º, nº 1, alínea g), da Lei 75/13, de 12 de setembro, anexo I, a assembleia municipal alterar as propostas da câmara municipal e é com esse intuito que estou a abordar a mesa. -----

Nestes termos, os deputados municipais eleitos pelo Bloco de Esquerda para a Assembleia Municipal do Entroncamento, propõe que a Assembleia Municipal do Entroncamento, delibere ao abrigo do artigo 25º, nº 1, alínea g), da Lei 75/13, de 12 de setembro, anexo I, que o nº 2, do artigo 12º, do regulamento passe a ter a seguinte redação: “ *Os trabalhadores do município podem viajar gratuitamente mediante apresentação de cartão pessoal e intransmissível que lhes será atribuído para o efeito pelos serviços municipais respetivos.*” A alteração que se propõe é que se elimine desse número a gratuidade para o executivo. -----

Também não se percebe bem se é o executivo no seu todo, se é parte do executivo.” -----

Continuou **Pedro Gonçalves**:” Funcionários da autarquia e já agora porque não funcionários das Juntas de Freguesia. -----

Há algo aqui que eu quero saudar. Ver os vereadores e o Presidente do executivo deixar as suas viaturas em casa e virem trabalhar de TURE, é ótimo e garantirá uma diminuição da pegada ecológica de cada um, se assim não for não tenho nada contra a que o executivo possa andar de TURE gratuitamente, mas, não fará sentido se for simplesmente para estar escrito. -----

O CDS-PP tem preocupações ambientais, não somos amigos do PAN, mas somos pessoas que nos preocupamos e como falámos há pouco na água, também vamos falar da pegada ecológica que cada um de nós deixamos. -----

Se for para todos os membros do executivo e funcionários passarem a utilizar o TURE e deixar os carros em casa, é cidadania ativa, e é ecologia ativa. -----

Se tivermos o executivo a andar de TURE, eles verão o problema dos TURE, eles verão que as paragens não estão adequadas, o problema dos horários do TURE, e melhor que ninguém, poderão em sede própria modificar os problemas. -----

O CDS-PP vai votar favoravelmente esta proposta, com esta ironia, mas sobretudo, com o interesse da pegada ecológica de todos nós. -----

Já agora, porque não ter as bicicletas que supostamente foram faladas, que elas pudessem ser uma realidade e disponibilizo-me por saber e ter estado muitos anos nesse mercado, para ajudar a autarquia nesse sentido.” -----

Prosseguiu **Manuel Martins:**” O senhor deputado Pedro Gonçalves, ironicamente apreciou esta questão de o executivo utilizar o TURE, só que obviamente, todos nós sabemos que os trabalhos do executivo não se coadunam com os horários do TURE, nalgumas situações isso não será difícil, mas não em todas. -----

O executivo não está das 9 às 17 horas dentro do edifício e não sai às 17 horas em ponto e vai para a paragem do TURE, para ir para casa, felizmente não é assim que as coisas acontecem, o que não impede que de vez em quando aconteça e reduza a pegada ecológica de todos nós.” -----

Continuou **António Ferreira:** “A questão que o Bloco de Esquerda aqui apresenta, pode ser dividida em duas partes. -----

De facto, os executivos não devem ter privilégios em relação aos cidadãos, mas também é verdade, que o cartão de eleito como executivo, dá acesso a todos os sítios do município. -----

Acho que isto deve ser visto do ponto de vista jurídico e a proposta que fazemos é que isto seja avaliado do ponto de vista jurídico e se houver alguma incompatibilidade isso seja corrigido o mais depressa possível, no entanto, vamos votar favoravelmente.” –

Referiu o senhor **Presidente da Assembleia:** “A questão que foi colocada pelo Bloco de Esquerda não é assim tão simples como aquela que foi colocada anteriormente nas bolsas de estudo, o que se trata aqui, é de alargar ou restringir. -----

Ao tentar-se alargar, ou tentar-se restringir, ou tentar-se alargar aos funcionários das Juntas de Freguesia, aos membros desta assembleia, essas sugestões poderiam ter sido dadas quando o documento esteve em discussão pública. -----

Não acatarei a sugestão que é dada pelo Bloco de Esquerda, do direito de emenda, por achar que aqui não se poderá efetivar. -----

Poderá ser feita uma avaliação por parte da câmara, se existe aqui alguma incompatibilidade ou problema em relação à utilização dos membros do executivo.” ----

Pedi a palavra **Luís Grácio:** “Gostaria que explicasse mais claramente porque razão não aceita que a proposta seja votada, não basta dizer que não vai aceitar.” -----

Respondeu o senhor **Presidente da Assembleia:** “Fundamentei porque é que achava que a proposta não devia ser votada, não devia ser votada porque não se trata de uma mera apreciação da interpretação daquilo que está escrito. -----

Em relação às bolsas de estudo, o que existia era a prática do voluntariado ou a atitude de cidadania que era exigida e havia dúvidas em relação a isso, não era de acrescentar mais alguma coisa, ou de achar que determinadas pessoas não deviam estar contempladas. -----

O senhor Marco Geração acabou por dizer, o executivo, ou parte do executivo, todo o executivo, ou só quem tem pelouros e depois sugeriu também que outros autarcas pudessem utilizar o TURE, o que significa que aquilo que é aqui proposto, cria aqui uma alteração profunda, que devia ter sido quando o documento esteve em discussão pública ter merecido a vossa sugestão.” -----

Interveio **Luís Grácio:** “Esteve em discussão pública, esteve em discussão na câmara, foram apresentadas propostas na câmara que não foram aceites. -----

Este pedido de alteração em relação ao regulamento que é apresentado, não interfere com nenhum dos pontos que a assembleia municipal não se pode pronunciar.”

O senhor **Presidente da Assembleia** referiu: “Vou colocar à votação e no fim o senhor deputado apresenta um voto de protesto, que ficará registado em ata, será comunicado à câmara e a câmara quando entender fará as alterações que julgar convenientes.” -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO ONZE -----

O ponto número onze “**Alteração do Regulamento do TURE**” foi aprovado por maioria, com vinte votos a favor, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Social Democrático e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e três votos contra do Bloco de Esquerda. -----

António Ferreira apresentou a seguinte declaração de voto: “Nós votámos a favor, pedimos é que facto seja averiguado em termos jurídicos se há incompatibilidade ou não.” -----

Referiu **José Baptista**: “Nós votámos a favoravelmente e vamos apresentar uma declaração de voto referente aos cartões do executivo.” -----

Luís Grácio referiu: “Votámos contra e vamos apresentar uma declaração de voto por escrito, sobre a nossa recusa em aceitar esta proposta.” -----

Referiu o senhor **Presidente da Assembleia**: “Eu até gostava que o regulamento permitisse que todos os autarcas pudessem utilizar os TURE, era uma forma dos autarcas conviverem com os munícipes, discutirem matérias, avaliar circuitos.” -----

PONTO NÚMERO DOZE -----

APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO. -----

Pediu a palavra **Pedro Gonçalves**: “Sugeria que daqui a um ano, possamos estar aqui a avaliar a utilização dos membros do executivo nos TURE e verificar se foi uma boa ou má medida.” -----

Continuou **Fernanda Lopes**: “Felicito em nome da bancada do Partido Socialista, o senhor vereador Carlos Matias pela sua eleição para a Assembleia da República. -----

Tendo em conta o documento apresentado pelo senhor Presidente da Câmara, gostaríamos de reforçar algumas obras que a bancada do PS considera de bastante relevo para o Entroncamento. -----

Tendo em conta que o Entroncamento é uma cidade para as pessoas, destaco: ---

A requalificação urbana da rua Elias Garcia, o acesso aos Casais Formigos e Casal Vidigal, obra bastante importante para os moradores como também para os utilizadores dessas vias. -----

O alargamento da avenida das Forças Armadas. -----

A inauguração da ciclovia via verde a 25 de outubro, permite que as pessoas e famílias tenham um percurso maior a pé ou de bicicleta. -----

Também destaco a aprovação das bolsas de excelência e mérito para as famílias carenciadas.” -----

Prosseguiu **José Baptista**:” Depois das questões que já foram colocadas ao senhor Presidente da Câmara, parece-me que não há necessidade de estarmos a voltar outra vez a uma série de assuntos que já foram tratados aqui nesta assembleia. -----

Apenas referir que, na folha da DGAL, na ficha do município, temos a indicação de que, o prazo médio de pagamentos é neste momento de 92 dias, sendo que o último a ser publicado eras de 84 dias, aumentou o prazo médio de pagamento e solicitava esclarecimentos sobre isto ao senhor Presidente da Câmara. -----

Tomámos nota dos desenvolvimentos e melhorias que o município inscreve na informação do Presidente, nomeadamente na inauguração da ciclovia, é um projeto ambicioso e interessante, que como todos sabem, foi projetado e previsto no anterior executivo e agora finalmente concretizado. -----

Nós na política às vezes somos acusados de estarmos sempre do contra e a dizer mal, não é nada disso, e portanto, felicitar o município por ter conseguido concluir esta obra e desejar que consiga fazer outras tantas.” -----

Interveio **António Ferreira**: “Vi a informação, vi também a informação do ROC e vi esta informação da DGAL. -----

O Revisor Oficial de Contas, considerou em termos de contabilização da dívida, a dívida da RESITEJO, conta para a dívida do município, considerou um valor bastante baixo, sei que foi enviado para as autarquias recomendações por parte da DGAL, no sentido de não ser esse valor que conte para a dívida total do município, se bem que e faço votos e espero que esse problema seja agora resolvido com o próximo Governo.” –

Referiu o senhor **Presidente da Câmara**: “Hoje a câmara municipal tem um nível de endividamento substancialmente mais baixo do que tínhamos. -----

Hoje a câmara municipal tem capacidade de endividamento, o que não tínhamos quando tomámos posse, já reduzimos em dois anos 2,5 milhões de euros do endividamento, vamos reduzir mais, temos mantido a média dos investimentos dos anos anteriores, vamos continuar a investir, teríamos feito mais investimento caso o Governo tivesse disponibilizado em tempo os regulamentos comunitários, o que ainda não aconteceu. -----

Outro aspeto que queria referir, é o rigor cada vez maior que nós temos na nossa gestão e nas nossa contas, a transparência, obviamente que foram feitas aqui um conjunto de observações que são para discussão política que nem vale a pena serem tidas em conta necessitando de uma resposta, são comentários, que cada um tem o direito de fazer os que entender, mas todos nós sabemos que são comentários sem qualquer fundamento, sem qualquer adesão à realidade. -----

Relativamente à recomendação da DGAL, a autarquia não recebeu qualquer recomendação da DGAL, mas neste momento o Entroncamento pode-se dar ao luxo, não está muito preocupado com a decisão que for tomada relativamente àquilo que for considerado de enquadramento da dívida da RESITEJO nas contas da câmara municipal, por uma razão muito simples, é que nós já diminuámos a dívida e já temos capacidade de endividamento, mas não é isso que queremos deixar a quem nos suceder, queremos deixar uma câmara arrumada, uma câmara sem problemas financeiros e tenha disponibilidade para poder assumir as oportunidades que possam surgir. -----

Nós ainda, ao contrário de outras câmaras, não temos condições para muitas vezes podermos apanhar as oportunidades que possam surgir, por uma razão simples, pelo nosso garrote financeiro que tínhamos e ainda temos parte dele. -----

Quanto à questão do prazo médio de pagamento, de facto na última avaliação o prazo médio de pagamento estava em 90 dias, foi uma situação meramente pontual, ele já está mais em baixo e vai continuar a reduzir, mas volto a lembrar, que quando tomámos posse o prazo médio de pagamento era perto de 130 dias. -----

Relativamente às outras questões que foram colocadas, gostava de saudar e não vou fazê-lo com ironia, apesar do senhor deputado Pedro Gonçalves, ter feito uma intervenção ou outra com ironia, aliás, que eu achei muito interessante e não estou a fazê-lo com qualquer ironia, estou a ser muito frontal e sincero, gostava de cumprimentar pela sua atitude de grande serenidade e de aprovar aquilo que entende que é de interesse para a cidade, independentemente de ser proposto pelo PS ou por outro. –

Pedro, garanto-lhe que é de pessoas assim que o Entroncamento precisa e estou a dizer-lo de forma sentida. -----

Aproveito para desejar boas festas, ainda nos iremos ver, mas não iremos ter uma nova reunião este ano, aproveito para desejar a todos vós e às vossas famílias, Boas Santas Festas.” -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor **Presidente da Assembleia**, deu por encerrada a sessão quando eram zero horas e cinquenta minutos, do dia vinte e oito de novembro. -----

A presente ata, depois de lida e visada pela Primeira Secretária, vai por ela ser assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia:

A 1ª. Secretária:

A 2ª Secretária: